



Universidade Federal
de Campina Grande



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO PROFISSIONAL DE SOCIOLOGIA EM REDE NACIONAL**

JOSÉ JÂMERTON NASCIMENTO DE OLIVEIRA

**GÊNERO E EDUCAÇÃO:
DESAFIOS PARA O BOM DESEMPENHO ESCOLAR
DE ALUNAS DO ENSINO MÉDIO**

**SUMÉ – PB
2025**

JOSÉ JÂMÉRSO NÁSIMO DE OLIVEIRA

**GÊNERO E EDUCAÇÃO:
DESAFIOS PARA O BOM DESEMPENHO ESCOLAR
DE ALUNAS DO ENSINO MÉDIO**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional – Profsocio, ministrado no Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, Campus Sumé como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Medeiros Roldão de Araújo.

SUMÉ – PB

2025



048g Oliveira, José Jâmeron Nascimento de.
Gênero e educação: desafios para o bom desempenho escolar de alunas do ensino médio. / José Jâmeron Nascimento de Oliveira. - 2025.

95 f.

Orientador: Professor Dr. Bruno Medeiros Roldão de Araújo.

Dissertação - Curso de Mestrado em Sociologia em Rede Nacional - PROFSOCIO; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Universidade Federal de Campina Grande.

1. Gênero e educação. 2. Divisão sexual do trabalho. 3. Interseccionalidade. 4. Desigualdade de gênero. 5. Pesquisa de Campo. 6. Escola Estadual Tereza Alves de Moura - Queimadas-PB. 7. Sexo e gênero. 8. Teoria do vínculo social. 9. Teoria da relação social. I. Araújo, Bruno Medeiros Roldão de. II. Título.

CDU: 305:37(043.2)

Elaboração da Ficha Catalográfica:

Johnny Rodrigues Barbosa
Bibliotecário-Documentalista
CRB-15/626

JOSÉ JÂMERTON NASCIMENTO DE OLIVEIRA

**GÊNERO E EDUCAÇÃO:
DESAFIOS PARA O BOM DESEMPENHO ESCOLAR
DE ALUNAS DO ENSINO MÉDIO**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional – Profsocio, ministrado no Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, Campus Sumé como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

BANCA EXAMINADORA

**Professor Dr. Bruno Medeiros Roldão de Araújo.
Orientador - UAEDUC/CDSA/UFCG**

**Professor Dr. Walberto Barbosa da Silva.
Examinador I - UAEDUC/CDSA/UFCG**

**Professor Dr. Valdonilson Barbosa dos Santos.
Examinador II - UACIS/CDSA/UFCG**

Trabalho aprovado em: 17 de outubro de 2025.

SUMÉ – PB

À minha mãe, Francisca Rosa do Nascimento, que enfrentou com dignidade as marcas da Divisão Sexual do Trabalho.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida, saúde e força para chegar até aqui.

Aos meus pais: Francisca Rosa do Nascimento e José Nicácio de Oliveira, por acreditarem na Educação como fonte de mudança e melhoria de vida.

Aos meus irmãos: Carlos Kleber, Francisco José, Jucelândia, Fábila Lêda, Francisca Marta e Patrícia Fabiana Nascimento de Oliveira, por nossa vida juntos.

Aos meus cunhados, cunhadas, sobrinhos, sobrinhas, primos, primas, tios e tias.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Bruno Medeiros Roldão de Araújo, pela paciência, dedicação e pelas valiosas contribuições que enriqueceram este trabalho.

Às professoras e professores do PROFSOCIO/UFCG, pela formação sólida e pelos debates que ampliaram minha visão crítica.

À banca examinadora, pela leitura atenta e pelas contribuições que ajudaram a qualificar este estudo.

À Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Tereza Alves de Moura, em Queimadas-PB, pela acolhida e pela disponibilidade em contribuir para a realização da pesquisa.

Às estudantes e aos estudantes que participaram desta investigação, pela confiança em compartilhar suas experiências de vida e de estudo, sem as quais esta pesquisa não teria sido possível.

Aos colegas do mestrado PROFSOCIO/CDSA, pelas trocas de saberes, apoio e amizade que tornaram esta jornada mais leve.

Ao DDD: Dra. Eulália Bezerra Araújo, Dra. Ivone Agra Brandão e Dr. Valdeci Feliciano Gomes, pelas contribuições teórico-metodológicas.

A todos os meus amigos, em especial: Marcio, Marco, Júnior, Mateus, Olavo, Carlim, Del, Tatá, Antônio, Carlos Geam, Gilmarks e Johabson, por tornarem minha vida mais alegre.

Aos colegas de trabalho.

Às minhas alunas e alunos.

À todas as mulheres que amei.

Por fim, deixo um agradecimento especial a todas as mulheres que, ao longo da história, enfrentaram as barreiras impostas pela Divisão Sexual do Trabalho,

resistindo a uma lógica social que insiste em naturalizar desigualdades. Este trabalho é também um tributo às suas lutas, pois sem a denúncia e a resistência contra essa divisão desigual de tarefas, não seria possível pensar em novos caminhos para a educação, a igualdade e a justiça social.

RESUMO

A presente dissertação - cuja ideia surgiu após um seminário da disciplina Teoria das Ciências Sociais III, no qual foi explanado o livro *Gênero e Desigualdades: Limites da Democracia no Brasil*, da cientista política Flávia Biroli - observa se as realizações rotineiras de atividades domésticas bem como de cuidado interferem na quantidade de tempo dedicado aos estudos pelas alunas do 3º ano do ensino médio de uma escola da rede estadual da Paraíba. Devido ao fato de que mesmo estando no século XXI ainda observamos que alguns tipos de trabalho são vistos como “naturais” para homens e outros para mulheres e que os trabalhos que são costumeiramente tidos como de mulher têm um valor menor na sociedade torna-se importante debater a Divisão Sexual do Trabalho e questionar os lugares que são criados socialmente, mas naturalizados. Para tal análise utilizamos pesquisa bibliográfica acerca da Divisão Sexual do Trabalho, bem como sobre o cuidado, tendo como principais autoras Daniele Kergoat, Helena Hirata e Heleieth Saffioti; a pesquisa bibliográfica também se debruçou sobre o conceito de interseccionalidade e para tal nos pautamos em teóricas como Kimberlé Williams Crenshaw e Patricia Hill Collins. A pesquisa de campo foi realizada com a utilização de questionário estruturado com alunas e alunos do 3º ano médio do ano 2025. Esta pesquisa foi pautada nos princípios éticos contidos na Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). O campo de pesquisa escolhido foi a EEEFM Tereza Alves de Moura, situada no bairro do Ligeiro, Zona Rural de Queimadas-PB, mas que devido sua proximidade recebe muita (o) s aluna (o) s do Complexo Aluizio Campos, bairro de Campina Grande-PB. Em síntese pudemos observar que a maior parte das atividades domésticas e de cuidado ficam a cargo, em sua grande maioria, ou das alunas ou de suas mães e que a Divisão Sexual do Trabalho ainda é fator decisivo na criação de lugares sociais para homens e mulheres, sendo que os lugares destinados às mulheres neste processo são de desvantagem em relação aos dos homens, pois estes ficam desobrigados de realizar tais tarefas domésticas e não veem seu tempo para estudo reduzido devido a estas obrigações, fato este que ocorre com suas colegas de turma.

Palavras chave: Divisão Sexual do Trabalho; Gênero; Interseccionalidade; desigualdade; pesquisa.

ABSTRACT

This dissertation – whose idea emerged after a seminar in the course Theory of Social Sciences III, in which the book *Gender and Inequalities: Limits of Democracy in Brazil*, by political scientist Flávia Biroli, was presented – seeks to examine whether the routine performance of domestic and caregiving activities interferes with the amount of time that female students in the 3rd year of high school at a state school in Paraíba can devote to their studies. Since even in the 21st century some types of work are still seen as “natural” for men and others for women, and since tasks traditionally considered “women’s work” carry less social value, it becomes important to debate the Sexual Division of Labor and to question the roles that are socially created yet naturalized. For this analysis, we conducted a bibliographic review on the Sexual Division of Labor and on care, drawing mainly on authors such as Danièle Kergoat, Helena Hirata, and Heleieth Saffioti. The review also addressed the concept of intersectionality, with reference to theorists such as Kimberlé Williams Crenshaw and Patricia Hill Collins. The field research was carried out through the application of a structured questionnaire to male and female students in the 3rd year of high school in 2025. This study was conducted in compliance with the ethical principles established in Resolution 510/2016 of the Brazilian National Health Council (CNS). The research site chosen was the EEEFM Tereza Alves de Moura, located in the rural neighborhood of Ligeiro, in Queimadas-PB, which, due to its proximity, also receives many students from the Aluizio Campos Complex, a neighborhood in Campina Grande-PB. In summary, it was observed that most domestic and caregiving tasks are carried out mainly either by the female students themselves or their mothers, and that the Sexual Division of Labor continues to be a decisive factor in the creation of social roles for men and women. The roles assigned to women in this process place them at a disadvantage compared to men, since male students are not required to perform such household tasks and therefore do not see their study time reduced because of these obligations, unlike their female classmates.

Keywords: Sexual Division of Labor; Gender; Intersectionality; Inequality; Research.

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Perfil etário masculino	50
Gráfico 2 - Perfil etário feminino	50
Gráfico 3 - Perfil da cor dos alunos	51
Gráfico 4 - Perfil da cor das alunas	51
Gráfico 5 - Renda familiar mensal dos alunos.....	52
Gráfico 6 - Renda familiar mensal das alunas.....	53
Gráfico 7 - Importância dos estudos em uma escala de 1 a 5 para os alunos	61
Gráfico 8 - Importância dos estudos em uma escala de 1 a 5 para as alunas	62
Gráfico 9 - Se você não realizasse trabalho doméstico e de cuidado em que você gastaria seu tempo? (Alunas).....	67
Gráfico 10 - Se você não realizasse trabalho doméstico e de cuidado em que você gastaria seu tempo? (Alunos).....	68
Gráfico 11 - Descrição da situação ocupacional dos alunos	69
Gráfico 12 - Descrição da situação ocupacional das alunas	70
Gráfico 13 - Quem realiza as atividades domésticas e de cuidado em sua casa? ...	73
Gráfico 14 - Quem realiza as atividades domésticas e de cuidado em sua casa? ...	74
Gráfico 15 - Participação dos irmãos na realização dos afazeres domésticos e de ..	75
Gráfico 16 - Percepção das alunas acerca da ter que realizar atividades domésticas e de cuidado.....	76
Gráfico 17 - Nível de satisfação das alunas com a divisão de tarefas em suas	77
Gráfico 18 - Percepção das alunas sobre o fato da realização de tarefas	77

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Objetivo escolar dos discentes	59
Tabela 2 - Quantidade de horas por dia dedicada aos estudos fora da sala de aula	65

LISTA DE SIGLAS

EEEFM – Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio

EJA – Educação de Jovens e Adultos

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

PROFSOCIO – Mestrado Profissional em Sociologia

TCLE – Termo de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FEMININA	22
2.1 As mulheres e sua exclusão da história	23
2.2 O ingresso das mulheres na educação formal	28
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	35
3.1 Situando o tema	35
3.2 Surgimento do objeto de pesquisa	35
3.3 As teorias do Vínculo Social e da Relação Social	36
3.4 Sexo e gênero: duas categorias	38
3.5 Uma abordagem interseccional	40
4 PERCURSO METODOLÓGICO	44
4.1 Prólogo	44
4.2 A escolha do método	45
4.3 O lócus e os sujeitos pesquisa	47
4.4 Coleta de dados	47
4.5 Aspectos éticos	48
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES	49
5.1 Perfil etário dos alunos e alunas matriculados no ano de 2025	49
5.2 Perfil de cor dos alunos e alunas matriculados no ano de 2025	50
5.3 Renda familiar mensal dos alunos e alunas matriculados no ano de 2025	52
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
APÊNDICE	92

1 INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema Divisão Sexual do Trabalho surgiu no mestrado profissional de Sociologia (ProfSocio), durante as aulas de Teoria das Ciências Sociais III (Política), quando apresentei um seminário sobre o livro *Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil*, da cientista política, Flávia Biroli. Nesta produção, a autora fez um estudo de como o trabalho de cuidar e a realização de atividades domésticas tiram tempo das mulheres. Tempo este que poderia ser utilizado para outras finalidades, como para qualificação profissional, busca pelo conhecimento e participação nas atividades da Política. Após o seminário, foi pedido um artigo para conclusão da disciplina e, na qualidade de professor, surgiu-me uma dúvida: os apontamentos e questões levantados durante a leitura dos materiais (por meio dos autores e autoras analisados durante a apresentação do seminário) poderiam também ser observados na realidade de minhas alunas? Assim, me veio a ideia de averiguar se o tema Divisão Sexual do Trabalho poderia ser o objeto de estudo para um artigo. Concluí a supracitada disciplina com um artigo sobre a Divisão Sexual do Trabalho com o foco em ver como esta divisão era encarada pelas alunas daquela turma¹, ou seja, se as mesmas viam a Divisão sexual do Trabalho como um empecilho para sua vida escolar. Porém, o tema continuou vivo em minha mente e decidi estudar a Divisão Sexual do Trabalho mais profundamente e também ampliar o universo de alunas pesquisadas, o que veio a culminar com esta dissertação.

A Divisão Sexual do Trabalho emerge como um fenômeno caracterizado pela atribuição historicamente construída de tarefas e responsabilidades distintas a homens e mulheres (Kergoat, 2010). Sendo que aos homens caberia as atividades de produção, remuneradas e realizadas em ambiente público, com uma visibilidade positiva socialmente, enquanto às mulheres caberia as atividades de reprodução² em ambiente privado. Observamos que um dos aspectos mais marcantes da Divisão Sexual do Trabalho reside no fato desta designar atividades domésticas e de cuidado ao universo feminino, como se fosse algo natural.

¹ A turma em questão era o 1º ano do ensino médio, turma B, turno tarde do ano 2023.

² O mecanismo de separação das tarefas por sexo ainda perdura, embora de forma menos acentuada que à época de Engels, e leva em conta a divisão entre trabalho produtivo, assim entendido o que produz bens e serviços avaliados economicamente, e trabalho reprodutivo, o que se destina a produzir (ou manter a vida de) pessoas (Saladini, 2023, p.132)

Mesmo que no século XXI possamos observar modificações significativas na direção de um maior equilíbrio nas relações de gênero e um avanço na inserção das mulheres em diversas atividades que se situam no mercado de trabalho formal, notamos que ainda persiste uma Divisão Sexual do Trabalho, que continua a operar de maneira sutil, quase imperceptível (pois é tida na sociedade e pelo senso comum como algo natural) delegando às mulheres a maior parte do trabalho doméstico e de cuidado.

A Divisão Sexual do Trabalho reconfigura-se no decorrer da história e molda-se às várias formas de organização social de forma a perpetuar desigualdades que impactam a vida das mulheres. A Divisão Sexual do Trabalho permanece, em tempos atuais, como uma realidade social que tem um importante impacto na vida dos indivíduos, especialmente para as mulheres, bem como nas relações sociais entre estas e os homens.

Assim, torna-se importante compreender a dinâmica contemporânea da Divisão Sexual do Trabalho nas sociedades industrializadas e que formalmente defendem a igualdade de direitos e deveres entre todos seus cidadãos, porque mesmo havendo muitas mudanças sociais, como uma maior escolarização das mulheres em relação aos homens, ainda são os homens que ocupam a grande maioria dos cargos de liderança³. E um dos pontos centrais que leva a essa relação desigual é a concepção de que há atividades laborais que seriam “naturalmente” masculinas e outras seriam “naturalmente” femininas (Stancki, 2000).

É, portanto, essencial analisar como nossa sociedade, através dessa forma de dividir tarefas, vai consolidando diferenças entre os gêneros. Diferenças essas que já existem há muito tempo e que impõem obrigações diferentes para homens e mulheres. Quando a Divisão Sexual do Trabalho propõe que as atividades domésticas e de cuidado devem ser executadas, preferencialmente, por mulheres, mesmo elas exercendo atividades laborais fora de casa, acaba por delimitar espaços, ficando as mulheres sujeitas ao trabalho doméstico e de cuidado⁴. Esta compreensão de mundo

³ Teixeira, Lucas Borges. **Mulheres estudam mais tempo, mas não chegam a 40% de cargos de liderança.** Uol, Brasília, 05/03/2024, Economia. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2024/03/05/mulheres-cargos-de-lideranca-cni.htm>. Acesso em 4 de ago. de 2025

⁴ Segundo a socióloga Helena Hirata: “O cuidado não é apenas uma atitude atenciosa, ele abrange um conjunto de atividades materiais e de relações que consistem em trazer uma resposta concreta às necessidades dos outros. Pode também ser definido como uma relação de serviço, de apoio e de

perdurou por muito tempo como uma máxima a ser seguida: o homem e a mulher desempenhando seus trabalhos previamente definidos pela organização da sociedade, sendo assim, para muitos, a Divisão Sexual do Trabalho seria o espelho de uma sociedade harmoniosa, na qual não haveria conflitos.

A Divisão Sexual do Trabalho não faz parte de um processo natural, como assim foi tratada durante muito tempo, mas o que vem sendo definido como atributos de homem e de mulher são construções sociais que geram uma posição de poder e hierarquia em favor do universo masculino. Fuini e Paula (2023, p. 294), afirmam que “os papéis de gênero” conhecidos pela sociedade brasileira (e sociedades modernas, em geral) são resultantes de uma construção sócio-histórica evidenciada na cultura conservadora que estabelece uma “hierarquização sexual”. Essa construção sócio-histórica estabelece que os homens são responsáveis pelo trabalho considerado produtivo, e as mulheres colocadas como cuidadoras (do lar e da família), sem remuneração, sendo esses “papéis” considerados naturais. As autoras, citadas acima, enfatizam que essa justificativa estruturou a lógica do mercado de trabalho, definindo e delimitando valores em relação aos tipos de trabalho e ao gênero.

Ao longo da história, em distintas sociedades, as relações entre homem e mulher foram se tornando hierarquizadas: a mulher ocupando uma posição inferior em relação ao homem, cabendo a este o lugar de superioridade, criando uma relação de dominação, a partir de justificativas baseadas em diferenças biológicas (Fuini; Paula, 2023).

Segundo Stancki (2000), as interpretações biológicas buscaram legitimar uma Divisão Sexual do Trabalho, capaz de distinguir espaços ocupados entre homens e mulheres, como consequência de fatores inerentes à natureza. Neste viés de compreensão o homem seria o “provedor” e, portanto, o responsável em manter a família, o que ocupa os espaços públicos. Já a mulher seria designada para o trabalho reprodutivo, limitada ao espaço privado.

Desse modo, essa distinção entre os gêneros foi determinante para criar uma Divisão Sexual do Trabalho, capaz de reproduzir para as relações de trabalho a desigualdade entre homens e mulheres, como se essas desigualdades fossem consequências de diferenças biológicas, ou seja, naturais.

assistência, remunerada ou não, que implica um senso de responsabilidade pela vida e pelo bem-estar do outro” (2022, p. 30).

De acordo com a ótica de diversos pesquisadores, a mulher está condicionada a uma Divisão Sexual do Trabalho, por um modelo hierárquico, tendo sua força de trabalho desvalorizada, Hirata; Kergoat (2007), Biroli (2018), Fuini; Paula (2023), e vinculada muitas vezes ao lugar da “delicadeza”, “fragilidade”, “dedicação” e “paciência” e que esses atributos levariam as mulheres a “naturalmente” ficarem ligadas ao ambiente doméstico, da saúde e educação básica, que porventura, são áreas menos valorizadas socialmente.

Tendo a compreensão de que a Divisão Sexual do Trabalho é um tema que vem ganhando cada vez mais adesão nos espaços acadêmicos, e que no tocante, às mulheres terem conseguido atingir grandes conquistas, mesmo assim observamos que lugares sociais são criados para as mesmas. Os lugares estabelecidos e delimitados historicamente ainda são grandes empecilhos para se chegar a uma conscientização social acerca da emergência da promoção efetiva de uma igualdade de direitos entre homens e mulheres; desse modo, quebrar a ideia pré-concebida de que à mulher cabe exclusivamente o espaço do privado é um grande desafio social, político e cultural. Assim, desnaturalizar esse processo de Divisão Sexual do Trabalho torna-se de importância vital, para que possamos questionar o senso comum e a visão que historicamente foi construída acerca dos lugares que são socialmente colocados às mulheres como naturais, e não como um processo histórico e social. Do mesmo modo, desnaturalizar esse processo de Divisão Sexual do Trabalho torna-se imprescindível, pois, embora vivendo num mundo globalizado, que tem questionado a ausência da mulher em alguns espaços ocupados majoritariamente por homens, a sociedade continua considerando que o lugar do feminino é reservado ao espaço privado. As mulheres ainda são condicionadas às atividades domésticas e ao cuidado.

Historicamente relegadas ao espaço privado do lar e frequentemente desvalorizadas por não exercerem trabalho considerado produtivo no sentido capitalista, essas tarefas (domésticas e de cuidado) consomem tempo, energia e limitam a disponibilidade das mulheres para outras atividades, sejam elas remuneradas, de lazer ou de formação pessoal e profissional. A naturalização dessas responsabilidades como sendo da mulher e a designação das mesmas ao âmbito doméstico, muitas vezes disfarçada sob a ideia de "ajuda" ou dever “inerente” ao gênero, revela a profundidade das normas sociais que continuam a moldar expectativas e papéis, mesmo em sociedades que se proclamam mais igualitárias. A

partir do exposto acima e tomando por base o contexto da sala de aula no Ensino Médio, temos por tema a Divisão Sexual do Trabalho e nos questionamos se tal fenômeno influencia negativamente no tempo dedicado ao estudo de jovens estudantes do Ensino Médio em uma escola da rede estadual no Estado da Paraíba.

A influência da Divisão Sexual do Trabalho não se restringe ao ambiente doméstico ou ao mercado de trabalho; esta influência ressoa em outras esferas cruciais da vida, incluindo a educação. Para jovens estudantes do sexo feminino, as responsabilidades assumidas no lar podem criar uma carga dupla entre as demandas escolares e os afazeres domésticos e de cuidado, podendo essa jornada se tornar tripla caso a jovem estudante desempenhe algum tipo de atividade remunerada. Essa dupla jornada (ou tripla) pode impactar diretamente no tempo disponível para dedicação aos estudos e, conseqüentemente, no desempenho escolar dessas estudantes, configurando um obstáculo silencioso, mas significativo, em suas trajetórias educacionais.

Embora observemos atualmente que, em vários países, às mulheres seja permitido que tenham uma educação formal nos mesmos locais que os homens e que a estas não seja proibido o ingresso em nenhuma profissão, questionamos se essa liberdade para atuar no setor produtivo não é relativa, uma vez que muitas mulheres têm obrigações domésticas e de cuidado que ocupam grande parte de seu tempo, impedindo-as de se qualificar profissionalmente e assim almejar cargos de destaque na sociedade (cargos militares, científicos, dentre outros). Como enfatiza Biroli (2018), embora muitas mudanças tenham acontecido, com denúncias constantes da ocupação de trabalhos reprodutivos desempenhados exclusivamente por mulheres, ainda percebemos poucas ações efetivas para combater tal situação. Suas atividades desenvolvidas no âmbito privado continuam sendo “invisíveis”, e mesmo as mulheres tendo ocupado cada vez mais espaços no mercado de trabalho, o trabalho doméstico e de cuidado continuam sendo uma responsabilidade, em sua enorme maioria, feminina (Biroli, 2018).

O presente trabalho se justifica devido ao fato de que, mesmo vivendo em pleno século XXI, ainda observamos que para muitas mulheres competem os trabalhos domésticos e de cuidado, como se os mesmos fossem “naturais” para estas, e desta maneira a sociedade vai criando “lugares e papéis” para serem assumidos e desempenhados pelas mulheres. Sua pertinência também se dá devido à

necessidade de aprofundar-se o conhecimento sobre os efeitos concretos da Divisão Sexual do Trabalho na trajetória educacional de jovens mulheres em um contexto específico e pouco explorado. Isso porque embora a literatura acadêmica já explore a relação entre Gênero, Trabalho e Educação em termos gerais, podemos realizar uma investigação aprofundada sobre como a Divisão Sexual do Trabalho, manifestada nas responsabilidades domésticas e de cuidado, interfere no desempenho escolar e nas perspectivas futuras de adolescentes inseridas em um contexto socioeconômico particular.

Ao investigar como as responsabilidades domésticas e de cuidado se relacionam com o tempo disponível para as atividades escolares de alunas da EEEFM Tereza Alves de Moura, este estudo pode contribuir para produção acadêmica sobre Gênero, Trabalho e Educação, mas também gerar subsídios relevantes para a escola, pois ao debater o tema da Divisão Sexual do Trabalho, poderá contribuir para a desnaturalização de tal divisão. A Educação, assim, emerge como um espaço relevante para a análise dos efeitos da Divisão Sexual do Trabalho, pois para as adolescentes e jovens mulheres, o ensino médio representa uma fase crucial de formação estudantil, desenvolvimento pessoal e preparação para o futuro, seja no ingresso ao ensino superior ou uma melhor qualificação para o mercado de trabalho. Contudo, o tempo e a energia que poderiam ser dedicados aos estudos, à participação em atividades escolares e ao descanso necessário para o aprendizado dessas jovens são comprometidos quando ficam responsáveis por uma carga significativa de tarefas domésticas e de cuidado em seus lares. Essa dupla jornada, muitas vezes invisibilizada e não reconhecida, pode configurar uma barreira significativa ao seu pleno desenvolvimento escolar.

Nesse contexto, a presente pesquisa voltou seu olhar para alunas do 3º ano do ensino médio da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Tereza Alves de Moura, localizada em uma área rural do município de Queimadas-PB, mas que por sua proximidade com o Complexo Habitacional Aluísio Campos em Campina Grande-PB, recebe grande parcela de estudantes desse novo bairro. A singularidade do campo de pesquisa, que abrange estudantes em sua grande maioria de um complexo habitacional periférico, adiciona camadas de análise interseccional que demandam atenção específica, pois os marcadores classe e raça podem se unir ao gênero para criar barreiras no processo de qualificação dessas jovens estudantes. A perspectiva

interseccional torna-se essencial para uma compreensão mais completa de como as responsabilidades domésticas e de cuidado afetam o desempenho escolar dessas alunas, dando luz à uma compreensão mais aprofundada do fenômeno educacional dessas jovens estudantes.

Diante do exposto, este estudo investigou se (e como) a realização de atividades domésticas e de cuidado interfere no desempenho escolar dessas alunas, buscando contribuir para a compreensão de como barreiras de gênero podem juntar-se às de classe e raça como um dos fatos que possam afetar o bom desempenho e o sucesso na educação formal de jovens estudantes do gênero feminino. Ao analisar as experiências e percepções das estudantes, a pesquisa visou lançar luz sobre as dinâmicas da Divisão Sexual do Trabalho no cotidiano familiar.

Investigar se a Divisão Sexual do Trabalho tem impacto negativo no tempo disponível de alunas do ensino médio é importante por diversas razões. Primeiramente, permite tornar claro como as normas de gênero internalizadas no ambiente familiar se refletem e potencialmente limitam as oportunidades no espaço educacional. Compreender essa dinâmica é fundamental para identificar os mecanismos pelos quais as desigualdades de gênero são reproduzidas e perpetuadas desde a juventude. Além disso, uma análise aprofundada pode revelar as percepções das próprias estudantes sobre suas responsabilidades, a forma como lidam com a sobrecarga e como essas suas experiências moldam suas expectativas e aspirações futuras.

Ao lançarmos um olhar crítico acerca da atual Divisão Sexual do Trabalho, tentaremos superar o senso comum, presente nas relações sociais, que está sendo compartilhado por muitas dessas alunas, fornecendo subsídios para a reflexão sobre como a Divisão Sexual do Trabalho age e se esta ação limita o tempo livre das estudantes, tempo este que poderia ser dedicado ao estudo. Tentamos, assim, gerar uma conscientização de que os afazeres realizados por cada uma delas, considerado uma jornada dupla, são invisíveis perante a sociedade, contudo, são tarefas diárias e exigem tempo.

Buscamos, então, esclarecer as dificuldades que alunas do 3º Ano regular encontram para se dedicar às atividades escolares devido ao tempo dedicado ao trabalho em atividades domésticas e de cuidado. Supõe-se que as alunas, como mulheres, se responsabilizam dentro do lar pela realização da grande maioria das

atividades domésticas como lavar, passar, cozinhar, “arrumar a casa” etc., bem como das atividades de cuidado como cuidar de recém-nascidos, crianças e idosos.

O objetivo geral foi analisar se as atividades domésticas e de cuidado, realizadas pelas alunas, interferem na quantidade de tempo dedicado aos estudos pelas estudantes do 3º ano do ensino médio da Educação Básica da EEEFM Tereza Alves de Moura. Este objetivo abrange a totalidade do fenômeno a ser investigado, buscando compreender a relação entre a participação das jovens nas tarefas do lar e suas dedicações aos estudos, considerando os marcadores sociais (gênero, classe e raça). São objetivos específicos: i) Observar se o tempo dispensado pelas alunas em atividades domésticas e de cuidado poderia ser usado para estudos. O primeiro objetivo específico averigua como as estudantes utilizam seu tempo, se o estudo está em primeiro lugar quando têm tempo livre ou se os estudos têm competição com atividades de lazer, ou mesmo se é preterido em relação a estas; ii) Analisar como as alunas percebem sua condição de ter que realizar atividades domésticas e de cuidado. O segundo objetivo específico buscou observar como as jovens estudantes sentem a Divisão Sexual do Trabalho, se têm uma visão crítica em relação à mesma ou se a DST está naturalizada para as mesmas; iii) Averiguar de que modo os marcadores gênero, classe e/ou raça influenciam no processo de realização de atividades domésticas e de cuidado e se contribuem negativamente na atividade estudantil. O terceiro objetivo específico observa como raça e classe agem para criar lugares, juntamente com o gênero, pois as estudantes da classe abastada podem delegar essas tarefas para empregadas domésticas.

O presente trabalho será dividido em quatro capítulos, além desta introdução e das considerações finais: no segundo capítulo, fizemos uma breve história sobre educação feminina no ocidente, mais especificamente no Brasil; no terceiro capítulo, realizamos um debate teórico sobre a Divisão Sexual do Trabalho; no quarto capítulo tratamos dos aspectos éticos e metodológicos que orientaram nossa produção; e, no quinto capítulo, analisamos as respostas dadas por alunas e alunos acerca das perguntas que foram aplicadas aos mesmos através de questionário estruturado, tentando observar se e como a realização de tarefas domésticas e de cuidado pode ter implicação negativa na vida escolar dessas jovens estudantes. Em uma perspectiva interseccional abordamos como os marcadores raça e classe podem se aliar ao gênero na produção de desigualdades para jovens alunas do ensino médio.

2 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FEMININA

No decorrer do século XX, tanto no Brasil quanto em outros países ocidentais, diferentes estudiosos de várias áreas do saber passaram a refletir sobre o papel ocupado pelas mulheres na sociedade. No cenário internacional, destacam-se nomes como Joan Scott (1995), Simone de Beauvoir (1972), Georges Duby e Michelle Perrot (1991). Já no contexto brasileiro, é possível mencionar as contribuições de Maria Odila da Silva Dias (1984), Heleieth Saffioti (1979) e Mary Del Priore (2012), que se dedicaram a analisar e evidenciar a complexidade das experiências e formas de atuação feminina ao longo da história.

Partindo do conceito de dominação masculina desenvolvido por Pierre Bourdieu, é possível identificar inúmeros exemplos que evidenciam a presença de uma cultura marcada pela supremacia masculina. Nesse contexto, a mulher é frequentemente representada como um ser ambíguo, malicioso, inferior e associado ao negativo, enquanto o homem, por deter o poder econômico e simbólico, exerce uma autoridade que não necessita de justificativas, sustentada por um discurso androcêntrico que se apresenta como universal, neutro e até “natural” (Bourdieu, 2009, p. 18).

Segundo o autor (Bourdieu, 2009), mesmo o ato sexual é interpretado sob a lógica da centralidade da masculinidade, funcionando como matriz simbólica das diferentes oposições culturais: arado e sulco, céu e terra, fogo e água. Dessa forma, a hierarquia entre os sexos é incorporada em representações mítico-rituais, como alto/baixo, quente/frio, seco/úmido, nas quais a posição de superioridade do homem é vista como a mais, “natural”, simbolicamente expressa pelo fato de estar “por cima” (Bourdieu, 2009, p. 14). Assim, a superioridade masculina é legitimada tanto pelas estruturas sociais quanto pelas práticas produtivas e reprodutivas, criando as condições necessárias para a reprodução e manutenção dessa dominação.

A busca pela igualdade de gênero e pelos direitos das mulheres é relativamente recente quando comparada a uma longa trajetória histórica marcada pela exclusão feminina. Durante séculos, em diferentes contextos sociais e culturais, as mulheres foram colocadas à margem ou reduzidas a um papel secundário, em uma lógica na qual o homem ocupava a posição de superioridade e autoridade, enquanto a mulher era submetida à obediência e subordinação. Sem a intenção de traçar uma linha reta que conecte a exclusão histórica das mulheres, o movimento feminista e a criação da

categoria gênero, é importante destacar o alerta feito pela historiadora e feminista norte-americana Joan Scott (1995). Para ela, interpretar a história das mulheres de forma cronológica e linear é problemático, não apenas por ser reducionista, mas também porque tende a retirar o caráter político dessas discussões (Scott *apud* Gonçalves, 2006). Assim, este capítulo propõe uma análise que aborda a marginalização feminina ao longo da história e seu ingresso na educação formal.

2.1 As mulheres e sua exclusão da história

Ao longo dos anos, as mulheres foram silenciadas na história e da história. Quem lê as narrativas das grandes batalhas na Grécia e Roma Antiga se familiariza com nomes dos reis, imperadores, generais; a filosofia ocidental até o século XX parece ter sido escrita somente por homens; as grandes invenções da revolução industrial como: a máquina a vapor, lâmpada incandescente, o telégrafo, o telefone, têm a assinatura de homens como sendo seus criadores. É como se as mulheres simplesmente não existissem ou fossem incapazes de realizar grandes feitos ao ponto de serem esquecidas da história.

Apesar do apagamento das mulheres da história, elas têm muito a dizer sobre suas realizações, potencialidades e importância nos acontecimentos da história e o motivo do seu silêncio, quanto a essas ações, há relação com o processo da produção científica, literária e historiográfica ditada e dominada por homens.

Sobre o silenciamento ao qual as mulheres foram submetidas na história é oportuno destacar a fala de Michelle Perrot em sua obra *As mulheres ou os silêncios da história* (2005), quando argumenta que “da História, a mulher é diversas vezes excluída. Ela o é, inicialmente, na narrativa, que, passadas as efusões românticas, constitui-se como encenação dos acontecimentos políticos” (p. 197). As mulheres foram excluídas da narrativa histórica por ausência de documentos, destruição de arquivos e preconceitos de gênero que invisibilizaram suas ações. Como a história foi durante muito tempo escrita por homens, a narrativa dos fatos históricos deixou as mulheres em segundo plano.

Na Grécia Antiga, Aristóteles, um dos principais filósofos desse período, em sua obra *Política*, defende que o Estado é formado por famílias. Por isso, antes de tratá-lo diretamente, seria necessário compreender a organização familiar, que naquele tempo era composta pela relação entre senhor e escravo, marido e esposa,

além de pais e filhos (Aristóteles, 2004, p. 166).

A concepção de superioridade masculina fica evidente em sua análise sobre a relação conjugal, na qual afirma que o homem é naturalmente mais apto ao exercício do poder do que a mulher, salvo em situações consideradas excepcionais. Para Aristóteles, essa hierarquia seria permanente e justificava-se pela ideia de que a capacidade de decisão não existiria plenamente em um escravo, seria ineficaz na mulher e ainda não estaria desenvolvida em uma criança (Aristóteles, 2004, p. 166).

Na trajetória histórica da Grécia Antiga, a organização social estava estruturada com o gênero masculino, considerado hegemônico. Na pólis ateniense, por exemplo, a vida pública era conduzida pelos homens, enquanto às mulheres restava unicamente o espaço privado, restrito às atividades do lar (Wolkmer, 2009).

De forma semelhante, na Roma Antiga, o modelo familiar também se baseava no patriarcado, em que todos os membros estavam subordinados ao *pater familias*, figura do homem mais velho da linhagem. Como explica Luiz Antonio Rolim, “as esposas, os filhos, noras, genros ou escravos – todos se encontravam sob a autoridade do chefe familiar, e até mesmo os bens que conquistavam eram incorporados automaticamente ao patrimônio da família” (Rolim, 2003, p. 155).

De acordo com Castro (2009), até o término da República Romana, quando o *jus civile*⁵ ainda prevalecia antes de ser flexibilizado pelo direito pretoriano, as mulheres eram vistas como relativamente incapazes. Por estarem na condição de *alieni juris*⁶, permaneciam sob a autoridade do chefe da família e, mesmo após o casamento, continuavam submetidas à figura masculina. Nesse contexto, a esposa era juridicamente equiparada à neta do sogro e à filha do próprio marido, o que reforçava sua posição de dependência e subordinação ao homem. Como ressalta a autora:

O poder do *pater familias* englobava vários poderes: a *patria potestas*- sobre os filhos, a *manus*- sobre a esposa, a *Dominica potestas*- sobre os escravos e o *mancipium*- sobre pessoas livres *alieni iuris* que passaram de um *pater familias* a outro pela venda, por exemplo. (Castro, 2009. p. 98).

⁵ “*Jus civile* refere-se ao direito civil, um termo que na Roma Antiga designava o direito aplicável exclusivamente aos cidadãos romanos, distinguindo-o do direito aplicável a estrangeiros, e hoje refere-se ao ramo do direito que regula relações privadas entre particulares, como família, contratos e obrigações”.

⁶ “*Alieni juris* é uma expressão latina do Direito Romano que designa uma pessoa submetida ao poder ou autoridade de outra, não possuindo plena capacidade jurídica própria”.

Durante a Idade Média, as relações de dominação entre os gêneros também estavam presentes. As mulheres viviam sob a tutela do pai ou do marido, tendo como destino quase inevitável o casamento - muitas vezes arranjado como parte de alianças ou interesses econômicos. Quando não se casavam, era comum que fossem enviadas a conventos, onde passavam a ser simbolicamente tratadas como “esposas de Cristo”. Nas classes populares, elas exerciam atividades ligadas à agricultura ou trabalhavam em oficinas artesanais para garantir a subsistência da família. Já as mulheres da nobreza eram preparadas para o casamento e a função materna, sendo educadas para cumprir tais funções.

Conforme aponta Rogério Dutra dos Santos, a Igreja Católica atuava como principal sustentáculo ideológico da submissão feminina. Em determinadas circunstâncias, líderes religiosos atribuíam às mulheres a responsabilidade por males sociais, chegando inclusive a vinculá-las ao “pecado original”. Para o autor, a obediência cega e inquestionável, elevada quase ao status de devoção, era tomada como expressão do amor daqueles que se encontravam em posição de subordinação (Santos, 2009, p. 228-229).

No período colonial brasileiro (1530-1822), conforme aponta Mary Del Priore, as mulheres não apenas tinham sua sexualidade rigidamente controlada em diferentes esferas, mas também estavam sujeitas aos padrões sociais e ao discurso médico da época. Este último reforçava a ideia de que a mulher deveria ser vista como um simples receptáculo, destinado à reprodução, comparada a uma terra fértil que precisava ser fecundada pelo homem (Priore, 2012, p. 82).

Já no Brasil republicano, especialmente a partir da segunda metade do século XX, começou a haver mudanças sociais no sentido de uma maior equidade entre os gêneros. Segundo Priore (2012), nos anos 1950 cresceu de forma significativa a inserção das mulheres no mercado de trabalho, desempenhando funções como secretárias, médicas, enfermeiras, professoras, assistentes sociais, vendedoras, entre outras que antes lhes eram pouco acessíveis. Essa nova realidade exigiu maior escolarização e trouxe impactos relevantes na transformação do status social feminino (Priore, 2012, p. 624). A imagem tradicional da mulher submissa e passiva começou a ser questionada principalmente nos anos 1960 e 1970, ganhando força e maior visibilidade na década de 1980.

A década de 1980 foi marcada por um momento histórico em que novos atores

sociais passaram a se destacar, especialmente mulheres empenhadas em transformar a realidade social. Esses grupos, que atuavam em diferentes espaços — como sindicatos da indústria, clubes de mães, organizações religiosas e outras associações comunitárias — passaram a construir novas narrativas e modos de engajamento frente às questões sociopolíticas do país (Sader, 1988).

Segundo Sader (1988), essas formas de mobilização social começaram a surgir no final da década de 1970 e, nos anos 1980, se intensificaram, provocando questionamentos significativos sobre a vida social e política brasileira. Como o autor enfatiza:

A novidade eclodida em 1978 foi primeiramente enunciada sob a forma de imagens, narrativas e análises referindo-se a grupos populares os mais diversos que irrompiam na cena pública reivindicando seus direitos, a começar pelo primeiro, pelo direito de reivindicar direitos. O impacto dos movimentos sociais em 1978 levou a uma revalorização de práticas sociais presentes no cotidiano popular, ofuscadas pelas modalidades dominantes de sua representação. Foram assim redescobertos movimentos sociais desde sua gestação no curso da década de 70. Eles foram vistos, então, pelas suas linguagens, pelos lugares de onde se manifestavam, pelos valores que professavam, como indicadores da emergência de novas identidades coletivas (Sader, 1988, p. 26-27).

Entre as décadas de 1960, 1970 e 1980, a situação das mulheres no Brasil passou a ser percebida como uma questão de relevância cultural, política e social. A busca por igualdade de direitos entre homens e mulheres se manifestou de diferentes formas, sendo os movimentos feministas um dos principais espaços para a concretização dessas conquistas. Esses movimentos colocaram como pauta central o direito das mulheres de ter controle sobre seus próprios corpos, promovido pelo acesso a métodos contraceptivos e por novos padrões de comportamento influenciados pelas transformações sociais que ocorreram nos anos 1960 em diversos países ocidentais (Lipovetsky, 1983).

Mesmo com a crescente visibilidade feminina nesse período — com maior presença nas universidades, no mercado de trabalho formal e em importantes mobilizações sociais, como a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, a Passeata dos 100 Mil, a Marcha da “Panela Vazia”, as reivindicações pela anistia política e o movimento das Diretas Já —, como observa Bassanezi (2012), as mulheres ainda se viam condicionadas a uma cultura patriarcal que reforçava a ideia da superioridade masculina sobre elas.

Dentro desse cenário, a questão da igualdade de gênero ganha destaque a partir da segunda metade do século XX, quando mulheres passaram a questionar a incapacidade de conceitos tradicionais de explicar as desigualdades entre homens e mulheres.

De acordo com Scott (1995), o uso mais recente do conceito de gênero surgiu inicialmente entre feministas norte-americanas, com a intenção de evidenciar que as diferenças entre os sexos possuem essencialmente uma dimensão social. Nas palavras da historiadora:

A palavra indicava uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como 'sexo' ou 'diferença sexual'. O termo gênero enfatizava igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade. Aquelas que estavam preocupadas pelo fato de que a produção de estudos sobre as mulheres se concentrava nas mulheres de maneira demasiado estreita e separada utilizavam o termo 'gênero' para introduzir uma noção relacional em nosso vocabulário analítico. Segundo esta visão, as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e não se poderia compreender qualquer um dos sexos por meio de um estudo inteiramente separado (Scott, 1995, p. 72).

Para Gonçalves (2006), o emprego da categoria gênero permite questionar a ideia de diferenças naturais entre homens e mulheres. A autora ressalta que, segundo a historiadora Michelle Perrot (1991), a introdução do conceito de gênero desloca o foco do sexo biológico, incorporando a compreensão de que as distinções entre os sexos são socialmente construídas. Dessa maneira, embora não se negue a existência de diferenças biológicas, elas deixam de ser vistas como o único ou o principal fator determinante da identidade sexual.

Desde o final da década de 1980, a categoria gênero passou a ocupar um lugar central nos estudos das ciências sociais e tornou-se uma das pautas prioritárias dos movimentos feministas no Brasil, voltados à promoção da igualdade entre homens e mulheres e à proteção das mulheres em situações de vulnerabilidade. Essas lutas resultaram em conquistas significativas, entre as quais se destacam: a criação das Delegacias da Mulher, na metade dos anos 1980; o estabelecimento dos Juizados Especiais Criminais, na década de 1990; e a promulgação da Lei 11.340, conhecida como Lei "Maria da Penha"⁷, em 2006.

⁷ BRASIL. Lei Maria da Penha: Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm
Acesso em 15 de fev. de 2025.

No entanto, essas medidas ainda estão longe de atender às expectativas geradas, muitas vezes pela mídia, que pode veicular interpretações equivocadas e gerar falsas esperanças, como se a Lei Maria da Penha tivesse o poder de erradicar instantaneamente uma tradição histórica de violência doméstica. A realidade é que a violência de gênero continua sendo um fenômeno cultural e histórico, presente na vida de muitas mulheres brasileiras, mesmo com a existência de mecanismos legais destinados a prevenir e coibir a violência doméstica e familiar

2.2 O ingresso das mulheres na educação formal

A exclusão das mulheres das atividades da vida social e pública teve consequências no processo da educação formal destas. Historicamente, as mulheres enfrentaram muitos dilemas para conseguir o acesso à educação formal. Muitas lutas foram necessárias para que conquistassem avanços em seu processo de escolarização.

Na atualidade, a escolarização feminina é uma das temáticas trabalhadas nos estudos das relações de gênero, revelando as transformações e permanências nas relações sociais entre homens e mulheres. Não devemos esquecer que o acesso das mulheres à educação formal foi limitado pela normatização patriarcal que associava as mulheres à esfera privada do ambiente doméstico.

Essa concepção começou a ser desconstruída, sobretudo, a partir do século XIX e século XX, por meio dos movimentos feministas e pelas mudanças sociais e econômicas. Apesar disso, muitos países ainda persistem em manter o modelo patriarcal e as desigualdades estruturais entre homens e mulheres.

A educação feminina no período colonial brasileiro foi marcada por profundas limitações, refletindo o papel social atribuído às mulheres na sociedade da época, fortemente influenciada pelos valores patriarcais, pela Igreja Católica e pela estrutura econômica baseada na agricultura e escravidão.

A sociedade conservava uma estrutura patriarcal, definindo lugares e funções sociais, com o homem ocupando o espaço público, na política, no comércio, no trabalho produtivo enquanto a mulher estava limitada ao espaço privado, doméstico. A educação das mulheres não visava o desenvolvimento intelectual, mas apenas uma formação que a levasse a ser boa esposa, mãe, atenta aos trabalhos domésticos, na criação dos filhos e cuidado com os esposos.

Segundo Lopes e Xavier (2014), naquele contexto, a educação das meninas estava restrita ao espaço doméstico e voltada para habilidades consideradas adequadas ao seu sexo, como costura, culinária e administração do lar. Para as famílias mais abastadas, havia também o ensino básico de leitura e escrita, além de noções de música e etiqueta, sempre sob a supervisão masculina. No entanto, mesmo entre a elite, o acesso ao conhecimento era limitado, pois a prioridade era preparar as mulheres para o casamento e a vida familiar, não para o pensamento crítico ou a participação na vida pública. “É essa a educação que a sociedade portuguesa transplantou para as terras brasileiras, pois, acreditavam que ‘não ficava bem o exercício das artes da escrita e leitura para o sexo feminino’”(Lopes; Xavier, *apud* Rodrigues, 1962, p. 32).

A história da educação feminina no período colonial brasileiro é atravessada por silêncios e violências, mas também por gestos de resistência que desafiaram a ordem patriarcal e escravocrata. Num contexto em que a sociedade se organizava em torno da exploração da terra e dos corpos, a instrução das mulheres, quando existia, não apenas refletia, mas também reproduzia as hierarquias de gênero, raça e classe. Como bem observou Mary Del Priore (2012), na apresentação de *História das Mulheres no Brasil*, a educação das meninas brancas das elites estava circunscrita ao espaço doméstico, onde aprendiam, sob a vigilância de mães e preceptoras, os preceitos da moral cristã, os segredos da administração do lar e as artes consideradas adequadas ao seu “sexo”, como o bordado e a música. Essa formação, longe de ser neutra, era um “projeto político”: garantir que as mulheres cumprissem seu papel de esposas obedientes, mães devotas e guardiãs da honra familiar.

A Igreja Católica, principal instituição educadora da colônia, não apenas legitimava essa ordem, mas também a propagava. Enquanto os meninos da elite podiam frequentar as aulas dos jesuítas e até mesmo partir para Coimbra em busca de formação superior, as mulheres eram excluídas desses espaços. As escolas jesuítas e outras instituições de ensino eram exclusivamente masculinas, reforçando a exclusão das mulheres da educação formal.

As instituições que ofereciam alguma educação formal para mulheres eram principalmente os conventos e recolhimentos, onde meninas de famílias ricas podiam aprender a ler, escrever e cumprir deveres religiosos. Esses locais funcionavam não apenas como espaços de instrução, mas também como refúgios para viúvas, solteiras

ou mulheres que, por algum motivo, não se encaixavam no modelo esperado pela sociedade. Os conventos, por vezes vistos como refúgios, funcionavam como instituições ambíguas: se, por um lado, ofereciam a algumas mulheres acesso a livros e até certa instrução, por outro eram lugares de reclusão, onde muitas eram enclausuradas contra a própria vontade (Lopes; Xavier, 2014).

Na reflexão realizada por Lopes e Xavier (2014, p. 14), o modelo colonial português manteve a mulher brasileira reduzida ao papel de “dona de casa”, de “senhora do seu senhor”, deixando às mucamas e mães negras o cuidar dos filhos da elite. Desse modo, a grande maioria das fidalgas e a totalidade das mulheres de outras classes sociais continuariam analfabetas.

No Período Colonial a educação feminina no Brasil servia como um mecanismo de controle social, mantendo as mulheres em uma posição subalterna. A análise reforça como a história da educação das mulheres está intrinsecamente ligada às estruturas de poder e às desigualdades de gênero que perduram, em certa medida, até os dias atuais.

Ao estudarmos a educação feminina no período colonial, não estamos apenas recuperando um capítulo esquecido da história, mas também desvendando as estratégias pelas quais as mulheres, mesmo sob o peso da dominação, encontraram formas de existir e em alguns casos transcender os limites que lhes foram impostos. Essa história, feita mais de perguntas do que de respostas, nos convida a repensar não apenas o passado, mas também os desafios que ainda hoje persistem na luta por uma educação verdadeiramente emancipatória.

A escolarização formal das mulheres no Brasil iniciou no século XIX, em um processo lento e marcado por grandes desigualdades de gênero. Até então, a educação feminina estava confinada ao ambiente doméstico, com exceção de algumas poucas meninas que pertenciam a uma elite que recebia instrução em conventos ou com preceptoras particulares. A chegada da Família Real portuguesa ao Brasil em 1808, contudo, trouxe transformações importantes. A abertura dos portos e o contato com estrangeiros, especialmente no Rio de Janeiro e em Salvador, introduziram novos hábitos e influências culturais que incluíram, ainda que timidamente, a valorização de certas habilidades intelectuais e artísticas para as mulheres.

Uma das pesquisadoras brasileiras que avançou no estudo sobre a história das

mulheres no Brasil foi Guacira Lopes Louro (1997), em um de seus artigos, ela discutiu sobre a questão da educação feminina, as representações e os discursos formadores da imagem da professora, discorrendo que a figura feminina no magistério, vai assumir, aos poucos, o espaço do antigo primário, que os homens aos poucos abandonariam. “Para consolidar o papel social da professora, os médicos higienistas, baseando-se em conceitos psicológicos, associam o magistério à responsabilidade da maternidade, construindo a figura da mulher como o elemento específico para tal atividade” (Cunha; Silva, 2010, p. 101). Louro (1997), menciona que o objetivo da educação da mulher era prepara-la para ser uma boa esposa e boa mãe, sendo que, o que mais pesava em sua obrigação era o cuidado com a educação dos filhos.

Nesse contexto, surgiram os primeiros colégios particulares para meninas, muitos deles administrados por mulheres estrangeiras que ofereciam, além dos tradicionais bordados e costura, noções de língua portuguesa, aritmética e religião. Para Lopes e Xavier (2014), essas instituições, embora restritas às elites, representaram uma ruptura com o modelo colonial, transformando gradualmente a "matrona colonial" em uma "dama de salão" com certa instrução.

A Independência do Brasil, em 1822, trouxe novas perspectivas, e a primeira legislação educacional significativa, a Lei de 15 de outubro de 1827, determinou a criação de escolas para meninas em conventos e casas de religiosas, ainda que mantendo um currículo limitado, focado nas "primeiras letras" e nos afazeres domésticos.

Foi durante o Segundo Reinado (1840-1889), no entanto, que houve uma expansão das escolas femininas. “Entre 1832 e 1873, o número de instituições para meninas cresceu consideravelmente, especialmente na Província de São Paulo, onde passaram de 20 para 174” (Lopes; Xavier, 2014). Apesar desse avanço quantitativo, a educação oferecida às mulheres ainda era desigual em relação à dos homens. Enquanto os meninos aprendiam geometria e aritmética mais avançada, as meninas tinham essas disciplinas substituídas por "prendas domésticas", reforçando seu papel tradicional na sociedade. Além disso, o acesso ao ensino secundário e superior continuou sendo uma raridade para as mulheres, e o analfabetismo feminino persistiu como um grave problema social.

A partir das mudanças sociais desencadeadas com o fim da escravidão em 1888, com a Proclamação da República em 1889 e com a consolidação do

capitalismo, a presença feminina no espaço público tornou-se uma necessidade. A “feminização do magistério” foi um dos principais caminhos para essa inserção, pois a docência era vista como uma profissão adequada à “natureza maternal” da mulher. Esses pontos são tratados por Rabelo, Costa e Feldens (2022) no artigo “Breve panorama histórico sobre a educação feminina no Brasil em meados do século XIX e início do século XX”, que mostra que um dos primeiros meios encontrados pelas mulheres para a inserção no mundo público, dominado essencialmente pelos homens, foi a partir do magistério. Pois as mulheres eram consideradas as “ideais” no processo de cuidado com as crianças. Desta necessidade de escolarização da elite brasileira em sua primeira infância, surgem as Escolas Normais.

Recapitulando uma fala da historiadora Mary Del Priore, os autores (Rabelo; Costa; Feldens, 2022, p. 327) expõem que:

[...] as primeiras escolas normais surgiram logo após a independência [...] ‘as primeiras letras’ é o início da feminização do magistério, colocando essa função como extensão do lar e atendendo as necessidades educacionais. A iniciação das primeiras letras para as meninas era diferente para os meninos. As moças aprendiam primeiramente a ler e a escrever. Logo depois elas aprendiam as quatro operações e por fim aprendiam a cozinhar e bordar. Seguindo essa lógica elas se tornariam excelentes donas de casa.

As Escolas Normais, criadas a partir do século XIX, formavam professoras para atuarem no ensino primário, oferecendo-lhes uma profissão respeitável dentro dos padrões da época. No entanto, mesmo nesse espaço, a educação feminina continuou sendo controlada por normas rígidas, especialmente em instituições religiosas, onde as normalistas viviam sob regimes disciplinadores que reforçavam os valores tradicionais.

Essas normalistas viviam quase um regime religioso, devido os horários que eram muito rígidos, as visitas, por exemplo, eram reguladas com horário marcado e somente a família e os que por ela tivesse permissão poderiam ser concedidos, só poderiam sair aos domingos e se obtivessem nota acima de oito no comportamento, e ainda as meninas que vinham do interior poderiam se instalar no internado, com maior número de regras (Rabelo; Costa; Feldens, 2022, p. 327).

Os autores Gaiti e Monteiro (2016) nos mostram em seu trabalho que a “feminização do magistério” foi um fenômeno gradual e cheio de resistências, portanto, não foi um processo fácil. Para as mulheres se inserirem no mercado de trabalho, através do magistério, tiveram que passar por diversas barreiras, dentre elas a

aceitação masculina e da intelectualidade. Enquanto alguns defendiam que as mulheres eram "naturalmente" mais aptas para educar crianças, outros, como Tito Lívio de Castro, argumentavam que o cérebro feminino era "inferior" e que a presença de mulheres no ensino poderia prejudicar a educação (Gaiti; Monteiro, 2016, p. 1166). Apesar disso, a demanda por mão de obra barata e a expansão da escolarização fizeram com que as mulheres fossem cada vez mais incorporadas às escolas, especialmente após a década de 1870.

A partir do final do século XIX, novos métodos pedagógicos, como o ensino mútuo ou método Lancasteriano⁸ e o método intuitivo⁹ (inspirado em Pestalozzi), começaram a ser discutidos e implementados, buscando modernizar a educação brasileira. Essas mudanças refletiam um ideal republicano de formar cidadãos úteis à nação, e as mulheres, como professoras, passaram a ser vistas como peças-chave nesse processo. Apesar disso, a docência feminina ainda era segregada: mulheres lecionavam para crianças pequenas ou em escolas femininas, enquanto os cargos de direção e disciplina consideradas mais complexas permaneciam sob domínio masculino.

No início do século XX, as ideias da Escola Nova ganharam força, propondo uma educação mais ativa e menos baseada na memorização. Esse movimento reforçou a ideia de que a escola deveria preparar os indivíduos para as demandas da sociedade moderna, incluindo as mulheres, que, mesmo começando a ser inseridas no mercado de trabalho, ainda eram vistas como responsáveis pelo lar.

A Reforma Francisco Campos, de 1931, consolidou mudanças estruturais no ensino, estabelecendo uma organização mais homogênea a nível nacional para a educação, o que também impactou a formação das professoras.

Tal reforma reorganizou o ensino secundário e normal, criando condições mais estruturadas para a formação de professoras.

As Escolas Normais, que já vinham se consolidando desde o século XIX como

⁸ 1 O método pedagógico Lancasteriano, também conhecido como ensino mútuo ou sistema monitorial. Foi o método utilizado na Europa onde apresentou resultados bastantes positivos no que se refere à aplicação e ao custo. Sua implantação nas escolas brasileiras, mostrava-se vantajoso para o momento vivenciado. O método mútuo surgiu no Brasil devido à necessidade de expansão da escolarização. E para os defensores deste método, este tornaria uma arma poderosa na luta para fazer com que a escola atingisse um número grande de alunos (Rabelo; Costa; Feldens, 2022, p. 330).

⁹ Surge no Brasil no Estado de São Paulo na década de 1890, chamada de escola graduada de ensino primário. Essa escola estava no projeto de reforma do ensino público desde o início, pensava-se em uma escola cujo seus métodos pedagógicos fossem renovados. Pressupunha uma abordagem mais indutiva, pelo qual o ensino deveria partir do particular para o geral, do conhecido para o desconhecido.

espaços de formação feminina, ganharam novo impulso, no século XX, permitindo que mulheres não apenas estudassem, mas também se tornassem educadoras. Esse processo contribuiu para a “feminização do magistério”, consolidando a docência como uma das poucas profissões socialmente aceitáveis para as mulheres na época (Morais; Silva; Sieber, 2024).

Nas décadas seguintes, especialmente a partir dos anos 1950 e 1960, a urbanização e a industrialização ampliaram a demanda por mão de obra qualificada, incluindo as mulheres no mercado de trabalho e, conseqüentemente, no sistema educacional. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1961, representou um avanço ao estabelecer a obrigatoriedade do ensino primário, beneficiando também as meninas. No entanto, as desigualdades regionais e de classe persistiam: enquanto mulheres das elites urbanas acessavam o ensino médio e até mesmo o superior, as pobres, negras e rurais continuam com trajetórias escolares precárias.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Situando o tema

Em seu livro *Gênero e Desigualdade: limites da democracia no Brasil* (2018), Flávia Biroli, trabalha a Divisão Sexual do Trabalho e como essa divisão de tarefas na sociedade pode acarretar na instituição de lugares na sociedade de acordo com o gênero e, conseqüentemente, em uma sub-representação na política para as mulheres. Para a mesma: “Falar de Divisão Sexual do Trabalho é tocar no que vem sendo definido historicamente, como trabalho de mulher, competência de mulher, lugar de mulher, claro, nas conseqüências dessas classificações” (Biroli, 2018, p. 21).

Em seguida Flávia Biroli explana como a Divisão Sexual do Trabalho atua na instituição de hierarquias e desigualdades:

As hierarquias de gênero, classe e raça não são explicáveis sem que se leve em conta essa divisão, que produz, ao mesmo tempo, identidades, vantagens e desvantagens. Muitas das percepções sobre quem somos no mundo, o que representamos para as pessoas próximas e o nosso papel na sociedade estão relacionadas à divisão sexual do trabalho. Nela se definem, também, dificuldades cotidianas que vão conformando trajetórias, possibilidades diferenciadas na vida de mulheres e homens. Trata-se de questão sensível, ainda, porque confere a todas as mulheres uma posição semelhante (a elas são atribuídas tarefas de que os homens são liberados) e porque as distingue dos outros atores (elas são diferentemente marcadas e oneradas pela divisão de tarefas e responsabilidades segundo os recursos que detêm para “driblar” o tempo e a energia que tais tarefas requerem) (Biroli, 2018, p. 21).

3.2 Surgimento do objeto de pesquisa

Sob influência do movimento feminista da década de 1970, na França, a Divisão Sexual do Trabalho consolidou-se como objeto de pesquisa. Embora já fosse estudado em alguns países, em terras gaulesas esse conceito teve suas bases teóricas consolidadas e a discussão acerca do trabalho realizado pelas mulheres nas esferas pública e privada (Castro, 1992) foi ganhando mais força e levando ao fim da invisibilidade do trabalho de reprodução (Souza, 2016).

Hirata e Kergoat (2007, p. 599), conceituam a Divisão Sexual do Trabalho como:

[...] a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação

social entre os sexos. Essa fórmula é modulada histórica e socialmente. Tem como característica a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com mais valor social adicionado (político, religioso, militar etc.)

A Divisão Sexual do Trabalho também é uma importante categoria para a compreensão das práticas sociais que foram moldadas pelas construções de gênero a partir de uma base material, aqui colocada como relação de trabalho (Quirino, 2015). A organização do trabalho é um pilar fundamental das sociedades humanas, modelando estruturas sociais, econômicas e culturais ao longo da história. A forma como o trabalho é dividido e valorizado não é apenas um reflexo das construções de gênero, mas também um fator ativo na sua produção e reprodução. Dentro dessa organização, a Divisão Sexual do Trabalho emerge como um fenômeno persistente e complexo, caracterizado pela atribuição socialmente construída de tarefas e responsabilidades distintas a homens e mulheres.

3.3 As teorias do Vínculo Social e da Relação Social

Segundo as autoras Hirata e Kergoat (2007), há duas formas de se estudar a Divisão Sexual do Trabalho. Uma, apenas constata as desigualdades entre homens e mulheres, a diferente distribuição de homens e mulheres no mercado de trabalho etc., a outra busca compreender como essas desigualdades vêm se acumulando, bem como estuda as variações no tempo e no espaço dessas desigualdades (Carmo; Espíndola, 2023).

A primeira forma é a teoria do Vínculo Social, influenciada pelo conceito de Solidariedade Orgânica de Emile Durkheim. Segundo Durkheim, a Sociedade seria dividida em partes e cada parte teria funções definidas, tornando-se necessário um determinado grau de coesão entre os indivíduos e instituições. A esta coesão e codependência Durkheim chamou de solidariedade social. Durkheim distinguiu duas formas de solidariedade, a típica de sociedades pré-industriais, chamadas pelo mesmo de primitivas, que seria a Solidariedade Mecânica. Usando essa expressão para designar não o fato de que ela seja produzida por meios mecânicos ou de modo artificial, mas por analogia devido à coesão que une entre si os elementos dos corpos brutos, em oposição à que faz a unidade dos corpos vivos e pensa a Solidariedade Mecânica para designar o conjunto de crenças e sentimentos comuns ao grupo, aos

membros de uma mesma sociedade, presente nas sociedades fechadas típicas do pré-capitalismo, seja a sociedade patriarcal, tribal ou religiosa. Segundo Durkheim, a Solidariedade Orgânica, pela própria “lei da história”¹⁰, viria para substituir a precedente Solidariedade Mecânica.

Já a Solidariedade Orgânica, surgiria com a racionalização do trabalho nas sociedades industriais. Tal ideia (Solidariedade Orgânica) surge a partir da noção de organismo vivo que teria partes definidas e que essas partes desempenhariam funções específicas que seriam vitais para o funcionamento do todo (Sociedade). Cada parte do organismo social deveria exercer uma função e esta função se relacionaria com outras funções dentro da sociedade em um movimento de complementariedade. Uma característica da Solidariedade Orgânica é que ela defende o fato de que o indivíduo não está ligado diretamente à sociedade, sem nenhum intermediário, uma vez que ele depende da sociedade, porque depende das partes que a compõem. Não há assim mais um sentimento comum entre todos os membros do grupo, mas funções diferentes e especiais unidas por relações definidas (Durkheim, 2004).

Ainda segundo Hirata e Kergoat (2007, p. 596) em relação às duas principais formas de se estudar a Divisão Sexual do Trabalho:

A primeira é que, desde o nascimento do conceito há cerca de trinta anos, se observa uma tensão entre, de um lado, análises que pensam mais em termos de constatação de desigualdades entre homens e mulheres, e de acúmulo, de soma dessas desigualdades (cf. a noção atual de conciliação de tarefas), e, de outro lado, análises que procuram remontar à nascente dessas desigualdades e, portanto, compreender a natureza do sistema que dá origem a elas.

Assim, temos a teoria do Vínculo Social, que teve grande repercussão entre etnólogos (Mathieu, 1991 *apud* Hirata; Kergoat, 2007) vendo complementariedade, parceria e conciliação na divisão das tarefas entre homens e mulheres. Assim sendo,

¹⁰ A “lei da história” seria a mudança na solidariedade social, na qual “naturalmente” a solidariedade evoluiria de uma solidariedade mecânica na qual haveria uma maior semelhança entre os indivíduos do grupo, para uma solidariedade orgânica, na qual haveria interdependência entre diferentes componentes da sociedade, com cada componente exercendo uma função dentro da sociedade. E essa modificação ocorreria à medida que as sociedades se tornariam mais especializadas e complexas (Durkheim, 2004).

não haveria contradições e exploração nas relações sociais entre os gêneros (Hirata; Kergoat, 2007).

A segunda forma de estudar a Divisão Sexual do Trabalho tenta compreender como se deu o início dessas desigualdades, dissecando a natureza do sistema no qual se iniciam tais desigualdades e refletindo acerca dos processos pelos quais a sociedade se utiliza dos dois princípios básicos, os de separação e hierarquia (Hirata; Kergoat, 2007).

A Teoria da Relação Social parte do pressuposto de que há antagonismos entre homens e mulheres e que as relações sociais são dinâmicas. Desta maneira, pretende abordar os conflitos e contradições na Divisão Sexual do Trabalho, demonstrando que se trata de relações de poder e hierarquia.

Segundo Kergoat (2010), na Divisão Sexual do Trabalho há dois fortes princípios, o de separação que consiste em determinar o que seria “trabalho de homem” (relacionado à produção capitalista, fora do lar e remunerado) e “trabalho de mulher” (relacionado à reprodução da sociedade, dentro do lar e sem remuneração); já o princípio da hierarquia consistiria em dizer que o trabalho de homem seria mais importante que o trabalho de mulher, e conseqüentemente o homem estaria em uma posição socialmente privilegiada em relação àquela (Biroli; Quintela, 2020).

Hirata; Kergoat (2007, p. 600) demonstram que se os princípios da separação e hierarquia podem ser encontrados em todas as sociedades isto não quer dizer que a Divisão Sexual do Trabalho se dê da mesma forma em todos os tempos históricos e em todas as sociedades, pois:

Ao contrário, ela (Divisão Sexual do Trabalho) tem inclusive uma incrível plasticidade: suas modalidades concretas variam grandemente no tempo e no espaço, como demonstraram fartamente antropólogos e historiadores(as). O que é estável não são as situações (que evoluem sempre), e sim a distância entre os grupos de sexo.

3.4 Sexo e gênero: duas categorias

Para uma análise mais consistente em relação à Divisão Sexual do Trabalho é importante refletirmos sobre o conceito de Sexo, observando que este está ligado aos pressupostos da biologia que propõem que há uma diferença natural e biológica entre homens e mulheres. Diferença esta que surgiria com o nascimento e que determinaria

as identidades, bem como as atividades que deveriam ser exercidas por cada indivíduo de acordo com o sexo biológico (Fuini; Paula, 2023).

O conceito de gênero, por sua vez, desnaturaliza as relações sociais entre homens e mulheres, pois nos permite notar que as diferenças entre os mesmos não se dão porque possuem um corpo diferente e desta maneira teriam predisposições inatas de acordo com o sexo biológico. Ao se estudar o gênero percebe-se que as funções e lugares sociais para homens e mulheres são construídos socialmente.

Os papéis de gênero conhecidos pela sociedade brasileira (e sociedades modernas, em geral) são resultantes de uma construção sócio-histórica evidenciada na cultura conservadora que estabelece uma hierarquização sexual. Esta construção define os homens como responsáveis pelo trabalho produtivo, provedores do sustento financeiro da família, e as mulheres na condição de cuidadoras, responsáveis pelas atribuições familiares e sem remuneração. A justificativa para tal divisão entre os sexos ocorreu sob a noção de que as tarefas domésticas e o cuidado com os filhos estariam relacionados a habilidades femininas consideradas “naturais”. Dentro desta lógica de pensamento se estruturou o mercado de trabalho (e o mundo do trabalho) que definiu papéis e valores em relação aos tipos de trabalho e ao gênero, ficando os homens desresponsabilizados pelas esferas domésticas e familiares, tidas até então como subalternas ou de valor menor (Leite, 2017 *apud* Fuini; Paula, 2023).

O gênero como categoria de análise emergiu em países anglo-saxões no final da década de 1970, também impulsionado pelos movimentos feministas, questionando um certo determinismo biológico que ainda podia ser verificado em termos como sexo e diferença sexual (Scott, 1995).

Partindo-se do conceito de gênero, observamos que este esclarece que as desigualdades e desvantagens sociais vivenciadas pelas mulheres não advêm de sua condição biológica, portanto natural. Ao contrário, tais desigualdades são reflexo das relações sociais que se dão entre os sexos, construídas historicamente.

O gênero não nega que se forma a partir do e sobre o sexo, porém se afasta de explanações biológicas para explicar as desigualdades entre homens e mulheres. Desigualdades estas que foram construídas historicamente, como exposto abaixo:

[...] a categoria gênero também contribuiu para revelar, a partir de uma grande lente, aquilo que é cultural e, logo pode ser mudado na vida em sociedade, questionando a naturalização da desigualdade social entre os sexos. Ao mostrar a dimensão social da desigualdade e suas repercussões na Divisão Sexual do Trabalho, escancara ainda mais portas e janelas para a ação política de coletivos, organizações e movimentos que atuam pela transformação dessa realidade. (Carreira, 2004 *apud* Quirino, 2015).

Durante a História, à mulher foi negada a educação que era dada ao homem. Sua instrução, por séculos, foi voltada para cuidar do marido, filhos e do lar (Paiva, 2020). Assim, diferenças entre ser homem e quais atividades laborais seriam designadas a estes e ser mulher e suas “respectivas” atividades laborais foram sendo construídas. Nesta construção social, ao homem caberia o trabalho produtivo, realizado fora do lar, remunerado e para promover o sustento da família e à mulher caberia o trabalho de cuidado do lar e da família, atribuições estas conduzidas dentro de casa e sem remuneração (Leite, 2017 *apud* Fuini; Paula, 2023).

3.5 Uma abordagem interseccional

Um ponto relevante que deve ser levado em conta quando estudamos as questões de gênero ou a Divisão Sexual do Trabalho é a questão da interseccionalidade, que consiste em relacionar os marcadores raça e classe ao estudo do gênero e não fazer uma análise destes em separado.

Entre as décadas de 1960 e 1980 intelectuais não brancas (negras, ameríndias, entre outras) defenderam que gênero, classe e raça agiam de forma articulada. Mesmo não nomeada de interseccionalidade, podemos observar um “embrião do conceito” bem antes, ainda no século 19, quando a ex-escrava Sojourner Truth, em seu discurso “Não sou uma mulher?”¹¹, pronunciado na Primeira Convenção Nacional pelos Direitos das Mulheres nos Estados Unidos, em 1852, questiona sua condição como mulher negra na sociedade norte-americana (Kyrillos, 2020).

O termo interseccionalidade, propriamente dito, surgiu em 1989, nos Estados Unidos, quando a jurista norte americana Kimberlé Crenshaw, fez críticas a trabalhos marxistas e também a produções do chamado Feminismo de Segunda Onda¹²

¹¹ O discurso foi proferido como uma intervenção na Women’s Rights Convention em Akron, Ohio, Estados Unidos, em 1851. Em uma reunião de clérigos que discutiam os direitos da mulher, Sojourner levantou-se para falar após ouvir de pastores presentes que mulheres não deveriam ter os mesmos direitos que os homens, porque seriam frágeis, intelectualmente débeis, porque Jesus foi um homem e não uma mulher e porque, por fim, a primeira mulher fora uma pecadora (informação disponível no blog do Geledés - Instituto da Mulher Negra.) O discurso completo pode ser lido em <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth>.

¹² A Primeira Onda Feminista teve como primeiro grande evento a publicação, em 1792, do livro “Reivindicação dos direitos da Mulher” da inglesa Mary Wollstonecraft, mas o movimento ganhou uma maior adesão já no século XIX. As feministas de Primeira Onda reivindicavam o direito ao voto, à educação formal e equidade de direitos como propriedade privada e no casamento, e de não serem submissas aos maridos com obrigações sexuais e domésticas (Monteiro, Grubba, 2017). A Segunda Onda Feminista ocorreu na segunda metade do século XX, destacando-se no campo teórico autoras como Simone de Beauvoir, Shulamith Firestone e Kate Millet. O referido movimento lançou luz à

(Pereira, 2021). Segundo a citada jurista, os trabalhos de cunho marxista quando abordavam a questão negra, se limitavam ao racismo sofrido pelo homem. Em relação ao feminismo, a autora via que o mesmo tomava como objeto de estudo a mulher branca, em sua maioria de classe média ou alta. Assim as mulheres negras não eram contempladas nestas produções. A socióloga Helena Hirata, por sua vez, demonstra a importância de uma nova maneira de se estudar as desigualdades entre os grupos sociais destacando uma nova epistemologia:

O interesse teórico e epistemológico de articular sexo e raça, por exemplo, fica claro nos achados de pesquisas que não olham apenas para as diferenças entre homens e mulheres, mas para as diferenças entre homens brancos e negros e mulheres brancas e negras, como fica claro nos trabalhos realizados no Brasil, mobilizando raça e gênero para explicar desigualdades salariais ou diferenças quanto ao desemprego. (Hirata, 2014, pp 63)

Crenshaw viu a necessidade de uma abordagem que levasse em consideração não só a questão do gênero, mas como este se relacionava com os marcadores raça e classe na produção das desigualdades (Pereira, 2021).

O conceito de interseccionalidade surgiu a partir da necessidade de dar visibilidade aos excluídos, não havendo uma hierarquização entre os marcadores sociais de opressão: gênero, raça e classe social (Hirata, 2016). A problemática das diferenças ganha sua razão de ser quando se relaciona com a luta contra a subordinação, quando combate variadas formas de preconceito e outras ações que levam indivíduos a ficarem à margem da sociedade (Pereira, 2021).

Bruna Cristina Jaquetto Pereira (2021, p. 451) explana algumas preocupações que uma análise interseccional deve levar em consideração:

Tomando as considerações de McCall (2005) e de Choo e Ferree (2010) em conjunto, as questões levantadas pelas autoras trazem à tona quatro preocupações com as quais a abordagem interseccional deve lidar: a visão antiessencialista (portanto, histórica e contextual) das categorias sociais; as

reflexão sobre as causas primeiras da opressão sofrida pelas mulheres (Silva, 2008), demonstrando que as diferenças entre homens e mulheres eram construções sociais e assim passíveis de mudanças, não devendo tais diferenças ser tratadas como naturais e fruto da biologia. O Feminismo de Segunda Onda debruçou-se em sua grande maioria na questão da inserção da mulher branca, de classe média e alta, no mercado de trabalho. Na década de 1990 surgiu a Terceira Onda Feminista, que passou a dar voz à diversidade de mulheres (ameríndias, negras, gays dentre outras minorias). Tendo como importantes nomes Ângela Davis, bell hooks e Judith Butler. O Feminismo de Terceira Onda passou a acrescentar o estudo dos marcadores classe e raça na construção da análise da desigualdade de gênero (Carneiro, 2003), além de analisar o impacto da heteronormatividade nessas mesmas desigualdades.

assimetrias de poder e o problema das opressões; a preocupação com a inclusão de grupos marginalizados, bem como de suas prioridades e perspectivas/interpretações da realidade; e a noção de que as desigualdades são multiplamente determinadas e estão interligadas.

Patrícia Hill Collins é autora que, também, pode ser considerada uma das idealizadoras do conceito de interseccionalidade, pois para ela cada indivíduo tem a possibilidade, a partir de onde se encontra, produzir um olhar único sobre cada situação. Ela observa que a interseccionalidade, ao dar voz a grupos multiplamente discriminados, traz para produção acadêmica o ponto de vista desses grupos acerca da dupla ou tripla opressão a que estão submetidos, promovendo a inclusão desses grupos e de suas perspectivas no debate e na produção científicas. Para Hill Collins, desta forma o uso da interseccionalidade também se constitui em uma estratégia política ao incluir a ótica dos grupos marginalizados ou discriminados na análise sociológica (Pereira, 2021).

A interseccionalidade investiga:

[...] como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (Bilge; Collins, 2020, p. 17).

Crenshaw partiu da metáfora do cruzamento entre ruas para demonstrar que os marcadores gênero, classe e raça não atuam isoladamente (Pereira, 2021), pois entrecruzam-se, e que é preciso se ater na forma como os mesmos se articulam na produção de desigualdades, e que “o conceito ilustra o fato de que o impacto de uma fonte de subordinação pode variar, dependendo de sua combinação com outras fontes de subordinação ou privilégio relativo” (Pereira, 2021). Crenshaw defende que a interseccionalidade, quando utilizada para estudar grupos marginalizados, deve partir da realidade desses grupos com suas vulnerabilidades, construindo modelos provisórios para análise do contexto de opressão (Pereira, 2021). Em relação ao acima exposto, Bruna Cristina Jaquetto Pereira afirma que ao se estudar a interseccionalidade devemos observar:

por um lado, o manejo do caráter histórico e contextual dos sistemas de subordinação e o caráter social das construções identitárias e categorizações; por outro, a necessidade de se considerar as assimetrias de poder e opressões, sem as quais o termo se dissociaria de seu sentido político (Pereira, 2021, p. 450)

Bruna Cristina Jaquetto Pereira ainda demonstra que:

Crenshaw (1991, 2002) concebe a realidade social como constituída por diversos sistemas de discriminação que interagem entre si de maneiras distintas, conformando múltiplas dimensões da experiência. Desse modo, as experiências sociais de sujeitos e de coletividades marginalizados (e, a meu ver, também as dos que dispõem de privilégios relativos) seriam sempre multidimensionais. Para que tal interação entre sistemas de discriminação e seus efeitos seja adequadamente capturada, a autora defende que o exame das discriminações (por exemplo, de gênero e de raça) deve partir do setor em maior desvantagem dentro de grupos discriminados porque sujeito à discriminação combinada. Além disso, apenas o enfoque interseccional sobre as experiências dos setores marginalizados dentro de grupos discriminados (no caso, das mulheres negras) garantiria que análises e políticas de combate à discriminação alcançassem a todas(os) (Pereira, 2021, p. 447).

De acordo com a concepção de que o gênero pode criar lugares diferentes para homens e mulheres na sociedade, o presente trabalho observou se a Divisão Sexual do Trabalho, e a designação em sua grande maioria dos trabalhos doméstico e de cuidado para as mulheres, interfere no tempo que as alunas de turmas do 3º ano do Ensino Médio regular da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Tereza Alves de Moura dispõem para dedicação às atividades escolares. A partir da interseccionalidade, observamos também se e como os marcadores classe e raça se entrelaçam com a questão do gênero, nesse processo.

Desta maneira indagamos se as alunas do 3º ano do Ensino Médio da EEEFM Tereza Alves de Moura gastam significativa parte de seu tempo cotidiano para realizar atividades domésticas e de cuidado. Com isso, tentamos compreender se as referidas alunas dispõem significativa quantidade de tempo para a realização de atividades domésticas e de cuidado e se este fato contribui negativamente para as mesmas enquanto estudantes.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

4.1 Prólogo

Muitos rios nascem em grandes montanhas, com as águas das chuvas ou com o processo de degelo da neve que se forma em seu topo, mas também podem surgir das nascentes, quando a água “brota” da terra e vai ganhando corpo a partir da união da água de outras nascentes. Independentemente da origem do nascimento dos rios, a água sempre segue dos lugares mais altos até os baixos, passando por pedras, troncos, raízes de árvores e paisagens diversas até chegar ao mar. Assim como a formação geográfica “dita” que caminho a água dos rios deve seguir até chegar ao mar, a metodologia adotada pelo pesquisador é ditada pelo objeto de sua pesquisa e das condições que o campo lhe oferece.

Nas Ciências Sociais o termo “campo” remete, *a priori*, à ideia de lugares distantes e exóticos, o que pode, a depender da escolha do objeto do pesquisador, ser verdade, mas, em outras situações, o campo pode ser aquilo que cerca o pesquisador, alcançando o lugar onde reside, o trabalho ou espaços de convivência, então campo não é, neste caso, o exótico e sim o conhecido e familiar.

Sobre o campo e aquilo que aparece como exótico ou familiar é oportuno destacar a fala de DaMatta (1978), quando ele diz que “de fato, o exótico nunca pode passar a ser familiar; o familiar nunca pode deixar de ser exótico” (p. 29). Transformar o exótico em familiar é tentar perceber o estranho como algo conhecido, compreensível e próximo, mas isso é possível quando o pesquisador muda sua compreensão quanto ao diferente, a partir do movimento de relativização do seu próprio lugar. Em sentido contrário, transformar o familiar no exótico é romper com as noções já formuladas, entender aquilo que parece simples, acabado e concreto traz consigo relações complexas, que estão além do que os olhos podem ver e que pode passar despercebido, nesse aspecto é necessário desafiar as percepções e entendimentos sobre o que se considera como normal ou estranho.

Realizar um trabalho de campo é realizar, dentre outras coisas, uma relação de proximidade e estranhamento com o objeto a ser pesquisado. No campo, a metodologia escolhida tem relação com a escolha do objeto da pesquisa.

O cantor Flávio José, na bela canção *A natureza das coisas* diz que toda caminhada começa com o primeiro passo. Na pesquisa, os primeiros passos apenas serão dados quando o pesquisador souber o objetivo geral e os objetivos específicos do trabalho que pretende realizar. Quanto a isso Goldenberg (2015) diz que o início da pesquisa depende da escolha do tema a ser trabalhado; do problema que foi delimitado; do estabelecimento do objeto e objetivos que se pretende alcançar; assim como do referencial teórico escolhido; da formulação das hipóteses e da escolha dos instrumentos de coleta de dados.

4.2 A escolha do método

Sobre a escolha do método da pesquisa, Raymond Boudon (1973. p. 14) adverte que “o tipo de método utilizado depende não apenas das preferências pessoais do pesquisador, mas das questões que ele se coloca”. Diante do tema do presente trabalho dissertativo, a Divisão Sexual do Trabalho e as implicações que isso pode trazer como elemento de diferenciação no tempo disponível para as atividades escolares das alunas do 3º ano do ensino médio da Educação Básica, da EEEFM Tereza Alves de Moura, o método de pesquisa quali-quantitativo mostrou-se mais adequando, por identificar e explorar situações que não podem ser estudadas apenas quantitativamente.

Segundo Minayo (2001), a metodologia expõe as opções teóricas fundamentais, determina as implicações do caminho escolhido para assim compreender o fenômeno sociológico. No caminho da pesquisa, surgem para o pesquisador diversos tipos de abordagens como a quantitativa e qualitativa, então ele pode escolher uma ou outra ou fazer uso das duas, como é o caso da abordagem quali-quantitativa. Nesta última, o pesquisador utiliza-se de dados numéricos, mas também faz uma descrição minuciosa de fatos observados quando em contato direto com o objeto de estudo.

Na pesquisa, qualquer que seja o tipo de material utilizado, é necessário sempre obter dados que possam ser compatíveis entre si. Sobre isso, Boudon (1973) afirma que segundo os problemas que se colocam, as possibilidades, que se dispõe e diversas outras circunstâncias, o pesquisador é levado a utilizar diversos tipos de dados.

No contexto da escola, esses dados podem ser colhidos nos formulários de matrículas, dados estatísticos fornecidos pela escola à Gerência Regional de Ensino ou através de entrevistas estruturadas ou semiestruturadas, bem como por meio da aplicação de questionários.

A escolha da abordagem qualitativa possibilita a coleta de informações que não podem ser obtidas por meio de dados estatísticos ou outros números. Os recursos mais usados na pesquisa qualitativa são as entrevistas semiestruturadas em profundidade. A pesquisa qualitativa é ótima para aprofundar conhecimentos já quantificados ou quando se deseja criar uma base de conhecimentos para só depois quantificá-los. Na abordagem qualitativa o pesquisador tem a possibilidade de narrar fatos cotidianos, que não podem ser captados unicamente com a análise de números. A atuação de um especialista é outra característica fundamental para lapidar o grande volume de informação bruta recebida e interpretar da melhor maneira possível. A abordagem qualitativa é o tipo de pesquisa apropriada para quem busca o entendimento de fenômenos complexos específicos, em profundidade, de natureza social e cultural, mediante descrições, interpretações e comparações, sem considerar os seus aspectos numéricos em termos de regras matemáticas e estatísticas (Fontelles *et al.*, 2009, p. 5)

De forma diferente da abordagem qualitativa, a escolha da abordagem quantitativa é um procedimento de pesquisa que utiliza dados numéricos, estatísticas e baseia-se na coleta e interpretação de resultados que podem ser mensurados como análise de dados e questionários.

Quanto à interação entre as metodologias supracitadas, Goldenberg (2015, p. 68) argumenta que: “A integração da pesquisa quantitativa e qualitativa permite que o pesquisador faça um cruzamento de suas conclusões de modo a ter maior confiança de que seus dados não são produto de um procedimento específico ou de alguma situação particular”. Ele não se limita ao que pode ser coletado em uma entrevista: pode entrevistar repetidamente, pode aplicar questionários, pode investigar diferentes questões em diferentes ocasiões, pode utilizar fontes documentais e dados estatísticos

A escolha da abordagem quali-quantitativa deu-se pela descrição dos fatos observados no cotidiano da sala de aula, pelas coletas de informação através de

aplicação de questionário, mas também pela análise dos dados quantificáveis expressos nos gráficos elaborados a partir de números obtidos na pesquisa.

4.3 O lócus e os sujeitos da pesquisa

A pesquisa foi realizada na EEEFM Tereza Alves de Moura, situada no bairro do Ligeiro, em Queimadas-PB. A citada escola funciona nos turnos manhã, tarde e noite. Oferece os três anos do ensino médio regular e também a modalidade Educação de Jovens e adultos (EJA) à noite. Ao todo, são vinte e quatro turmas distribuídas nos três turnos, nas modalidades regular e EJA.

Os sujeitos da pesquisa foram alunas e alunos que cursaram o 2º ano do ensino médio em 2024 e estão cursando o 3º Ano regular em 2025, nos turnos da manhã, tarde e noite.

4.4 Coleta de dados

A coleta dos dados deu-se por meio de questionário com aplicação de questionário estruturado com alunas e alguns alunos das turmas do 3º Ano do Ensino Médio, da EEEFM Tereza Alves de Moura. Após a coleta, os dados levantados foram analisados e organizados em gráficos.

A entrevista representa um dos elementos pertinentes para a coleta de dados, pois através dela o pesquisador pode obter informações que não se revelam em números. Dessa forma, a finalidade da entrevista consiste em compreender as perspectivas e experiências das pessoas entrevistadas por meio de seus relatos. Os tipos de entrevistas variam de acordo com o propósito do pesquisador, segundo Lakatos (2008, p. 279), as entrevistas podem ser: padronizada ou estrutura – quando o pesquisador segue um roteiro previamente estabelecido. As perguntas feitas ao indivíduo são predeterminadas. Despadronizada ou semiestruturada – também chamada de assistemática, antropológica e livre – quando o entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais amplamente a questão.

Contudo, diante do número de discentes a serem “ouvidos” foram aplicados questionários. O modelo adotado foi o padronizado ou estruturado, uma vez que se tornou mais pertinente, tendo em vista que aplicar um questionário semiestruturado

demandaria mais tempo para sua aplicação, prejudicando o cumprimento do horário escolar das alunas e alunos, além do fato de que ao aplicarmos um questionário despadronizado correria o risco de alguns não responderem às perguntas relevantes da pesquisa.

Uma forma encontrada para não perdermos informações fornecidas pelos estudantes e que não estava nas perguntas previamente formuladas foi aplicar o questionário estruturado não dirigido, pois este, segundo Lakatos (2008, p. 279), ocorre “quando há liberdade por parte do entrevistado, que poderá manifestar livremente suas opiniões e sentimentos”.

Não foi realizada nenhuma intervenção entre a(o)s estudantes, com esclarecimentos sobre o que seria a Divisão Sexual do Trabalho, de como esta está presente em suas e vidas e quais são suas consequências. Quando da aplicação do questionário, em 13/04/2025, apenas foram sanadas de forma sucinta todas as dúvidas da(o)s aluna(o)s em relação às perguntas do questionário, de forma que as respostas da(o)s mesma(o)s se baseiam no senso comum.

Em nenhum momento os relatos das alunas e dos alunos foram interrompidos durante a aplicação dos questionários, justamente para aproveitar informações relevantes e que não foram previamente elaboradas.

4.5 Aspectos éticos

A presente pesquisa está pautada nos princípios éticos contidos na Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2016).

Os participantes foram devidamente instruídos acerca dos procedimentos utilizados na pesquisa, bem como sobre quais são os objetivos da mesma. Foram assegurados aos participantes o sigilo da informação, o anonimato, bem como o caráter voluntário, ou seja, o direito de permanecer ou sair da pesquisa quando acharem conveniente, sem nenhuma forma de prejuízo para os mesmos (Araújo, 2003).

Após terem sido dadas explicações sobre todos os procedimentos, métodos e objetivos do presente estudo, os participantes assinaram, voluntariamente, os termos de consentimento e/ou assentimento livre e esclarecido (TCLE), sendo resguardado o sigilo de suas identidades (Brasil, 2016).

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este capítulo apresenta a Divisão Sexual do Trabalho tomando como referência alunas e alunos matriculados no 3º ano do ensino médio de 2025, na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Tereza Alves de Moura. Para melhor entendimento do público pesquisado, é oportuno entender o perfil dos alunos no que se refere ao aspecto etário e de cor, pois são fatores que devem ser considerados quando se discute a Divisão Sexual do Trabalho. O número de alunas que responderam ao questionário foi de 75, enquanto o número de alunos foi de 20.

5.1 Perfil etário dos alunos e alunas matriculados no ano de 2025

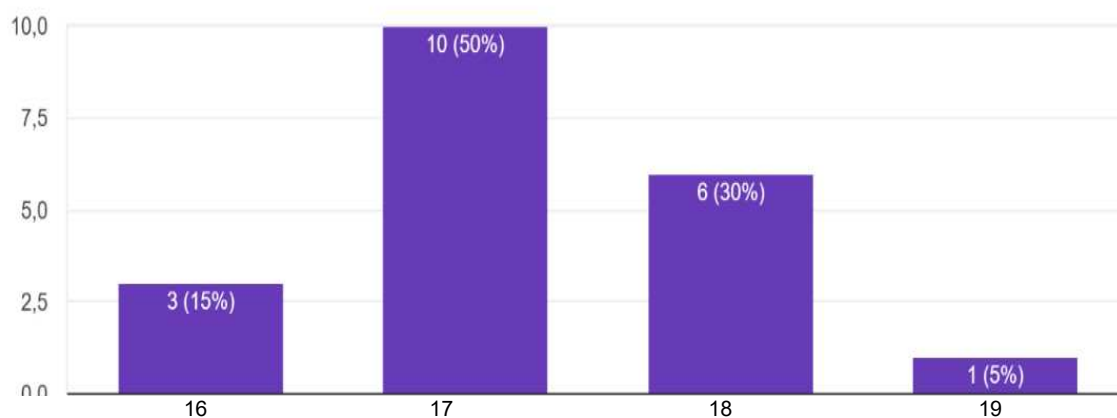
Para compreensão do perfil etário do público discente masculino foi aplicado um questionário com 20 alunos e desse total 3 (três) responderam que estão com a idade de 16 anos, 10 (dez) informaram que têm 17 anos, 6 (seis) responderam que têm 18 anos e apenas 1 (um) apontou que tem 19 anos.

Pela leitura dos números informados percebe-se que os alunos estão inseridos no grupo dos jovens, sendo em sua maioria adolescentes. Esse perfil não se apresenta da mesma forma quanto às mulheres.

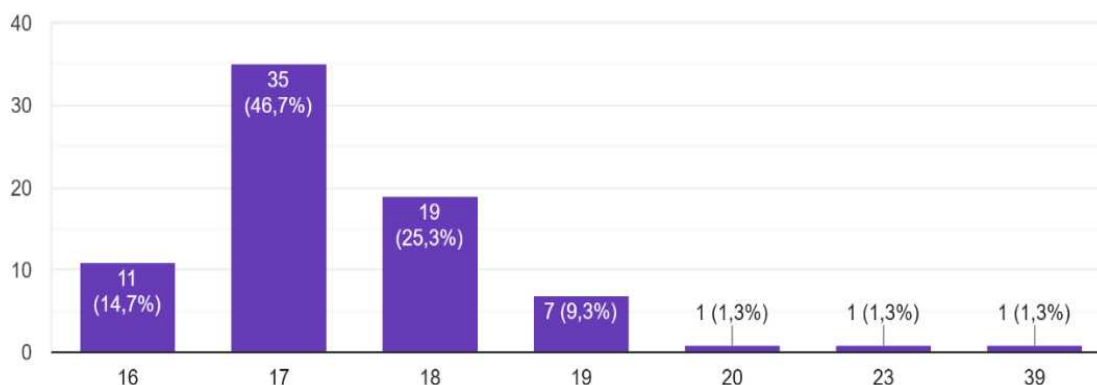
Para compreensão do perfil etário do público discente feminino foi aplicado um questionário com 75 alunas e desse total 11 (onze) responderam que estão com a idade de 16 anos, 35 (trinta e cinco) informaram que têm 17 anos, 19 (dezenove) responderam que têm 18 anos, 7 (sete) apontaram que têm 19 anos e 3 (três) indicaram que têm idade de variam entre 20 e 39 anos.

Em comparação ao público masculino, o público feminino apresenta uma idade mais elevada, pois enquanto os homens contam com apenas 1 (um) aluno com idade de 19 anos, as mulheres contam com 7 (sete) alunas com 19 anos e 3 (três) com idade igual ou superior a vinte. Contudo, essa diferença é explicada devido ao fato de nenhum aluno do 3º ano da noite ter respondido ao questionário, sendo que é nesse turno que estudam as pessoas com idades mais elevadas.

Para melhor entendimento entre o comparativo etário entre homens e mulheres seguem os gráficos 1 e 2 abaixo:

Gráfico 1 - Perfil etário masculino

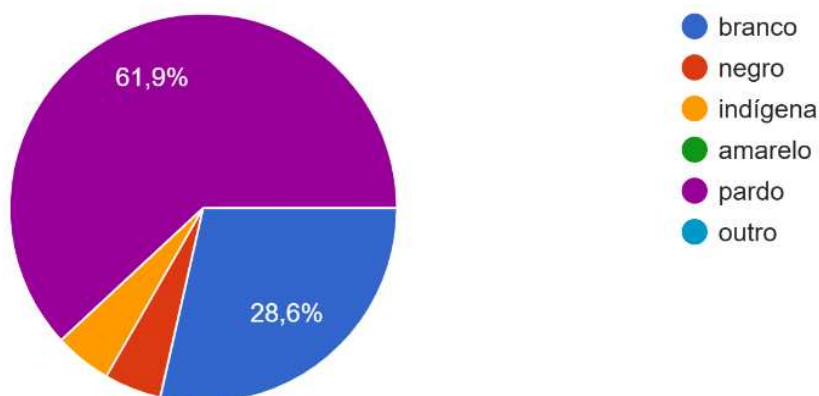
Fonte: próprio autor (2025)

Gráfico 2 - Perfil etário feminino

Fonte: próprio autor (2025)

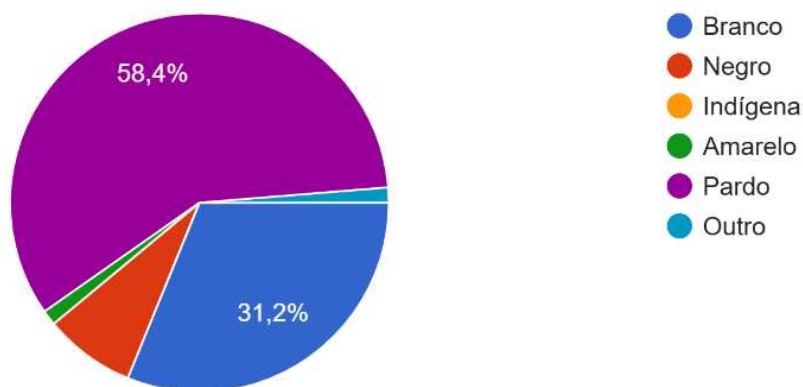
5.2 Perfil de cor dos alunos e alunas matriculados no ano de 2025

Outro fator importante para entendimento do público discente pesquisado e sua relação com a Divisão Sexual do Trabalho é o perfil da cor das alunas e alunos. Na aplicação do questionário com 20 alunos a maioria (61,9%) dos discentes informaram que são pardos, em uma escala numérica menor (28,6%) os alunos indicaram que são brancos; (1) um se identificou como negro (5%) e nenhum se identificou como amarelo ou indígena. Para melhor entendimento da dimensão numérica segue o gráfico 3.

Gráfico 3 - Perfil da cor dos alunos

Fonte: próprio autor (2025)

Com relação as discentes 75 alunas responderam ao questionário e desse total 58,4% se declararam da cor parda, 31,2% informaram que são brancas, 8% alunas se declaram como negras e nenhuma se identificou como amarela ou indígena.

Gráfico 4 - Perfil da cor das alunas

Fonte: próprio autor (2025)

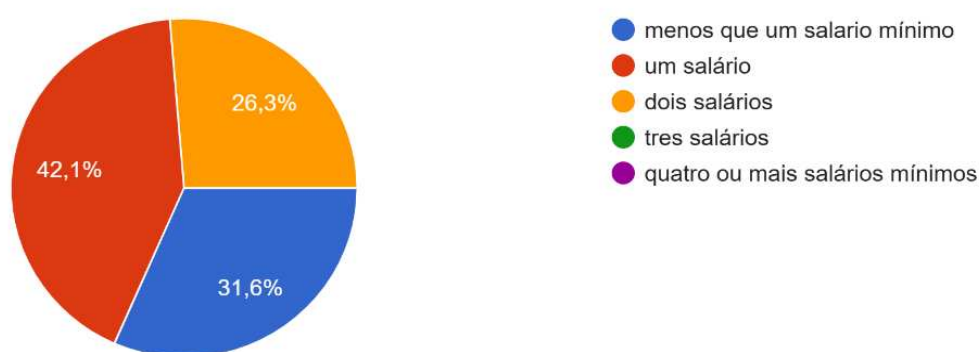
Os dados referentes ao perfil de cor das alunas e alunos da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Tereza Alves de Moura não diverge do contexto nacional, pois segundo os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

Educacionais Anísio Teixeira (INEP)¹³, em 2024 em pesquisa realizada com alunos que cursaram o ensino médio a maioria (56,1%) se declarou de cor preto/parda, enquanto 42,7% informaram ser da cor branca, uma minoria (1,2%) apontou ser amarelo/indígena e 16,1% não declararam sua cor.

Outro aspecto importante para o entendimento do universo social dos discentes, além da raça, é o entendimento da renda familiar pertinente ao contexto social dos alunos e das alunas. Para melhor entendimento faz-se necessário uma discussão sobre a renda familiar mensal dos alunos e alunas entrevistados.

5.3 Renda familiar mensal dos alunos e alunas matriculados no ano de 2025

Gráfico 5 - Renda familiar mensal dos alunos



Fonte: próprio autor (2025)

O gráfico 5, referente à renda familiar¹⁴ mensal dos alunos entrevistados, demonstra que a distribuição da renda familiar mensal dos participantes da pesquisa está situada em um cenário de predominância de baixa renda. Entre os alunos entrevistados, a maior parcela, equivalente a 42,1%, declarou ter como renda familiar apenas um salário mínimo, o dado é significativo, pois evidencia a vulnerabilidade econômica de uma grande parte das famílias dos alunos, que enfrentam dificuldades para atender suas necessidades básicas com recursos limitados.

Outro ponto de destaque é que 31,6% dos alunos entrevistados afirmaram possuir menos do que um salário mínimo mensal, esse resultado reforça ainda mais

¹³ BRASIL. Instituto nacional de estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo Escolar da Educação Básica 2024: Resumo Técnico**. Brasília, 2025.

¹⁴ A renda familiar representa a soma dos rendimentos de todos dos componentes de uma família em um determinado período de tempo. Disponível em: <https://www.creditas.com/exponencial/renda-mensal-familiar-como-calcular/> Acesso em 21 de ago. de 2025.

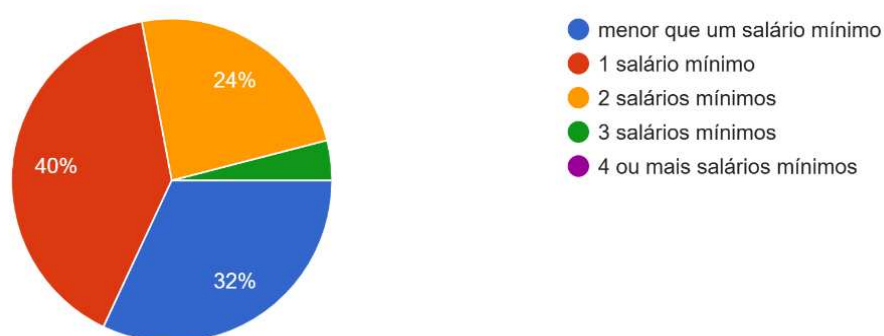
a realidade de precariedade socioeconômica vivida por uma parcela considerável das famílias, que se encontram em uma situação ainda mais delicada do que aqueles que recebem um salário mínimo. Esse grupo está mais suscetível a situações de risco social, com maior dificuldade de acesso a serviços essenciais.

Em contraste com os números acima mencionados, 26,3% das respostas dos alunos indicaram que suas famílias têm uma renda de até dois salários mínimos. Mesmo representando uma melhora em relação às famílias anteriores, essas famílias ainda se encontram em uma faixa considerada de baixa renda, enfrentando restrições financeiras que limitam seu poder de consumo, acesso à educação, saúde de qualidade e oportunidades de ascensão social.

É oportuno observar que nas respostas das entrevistas não houve registros de famílias com renda superior a três salários mínimos. A ausência dessa faixa de rendimento no gráfico demonstra a baixa renda da família dos alunos, assim, isso evidência que a situação social dos alunos entrevistados está fortemente marcada pela desigualdade econômica e pela predominância de condições de vida limitadas, o que pode influenciar diretamente na análise social, cultural e educacional.

Em caráter comparativo o gráfico 6 expõe a renda mensal familiar das alunas.

Gráfico 6 - Renda familiar mensal das alunas



Fonte: próprio autor (2025)

A realidade da situação da renda familiar das alunas não é diferente da renda familiar dos alunos, pois observando-se os números do gráfico 6, nota-se que 40% das alunas declararam ter como rendimento apenas um salário mínimo. Esse dado indica que boa parte das famílias vive dentro de um limite orçamentário, o que

naturalmente pode influenciar sua qualidade de vida e as oportunidades de desenvolvimento social e econômico.

Ainda no gráfico 6, podemos observar que 32% das alunas afirmaram possuir renda inferior a um salário mínimo, o que revela assim como na realidade dos alunos, um quadro de vulnerabilidade maior, pois as famílias das alunas que sobrevivem com menos de um salário mínimo enfrentam maiores dificuldades do que aqueles que recebem mais que um salário mínimo para arcar com despesas básicas, como alimentação, transporte, moradia e saúde.

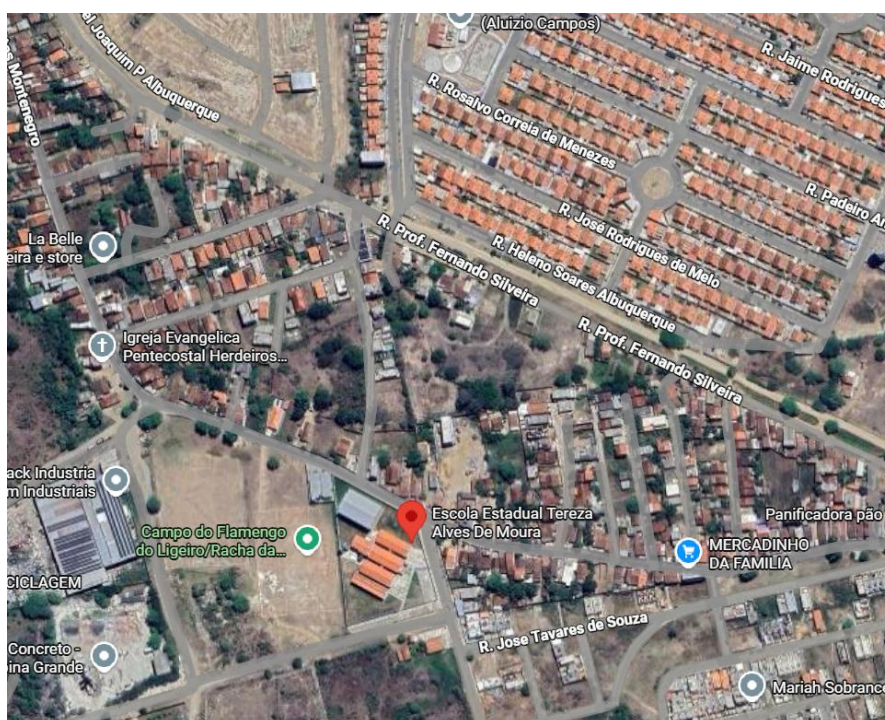
O gráfico 6 demonstra um outro dado importante que é o fato de que 24% das alunas entrevistadas indicaram uma renda de até dois salários mínimos, então essas famílias que estão nesse contexto social possuem uma margem de rendimento superior a outras famílias, mas ainda assim se encontram dentro de uma faixa econômica social considerada baixa.

Ainda na análise do gráfico 6, é oportuno destacar que, apenas 4% das alunas declararam ter três salários mínimos, enquanto nenhuma das alunas pesquisadas afirmou que suas famílias recebem quatro ou mais salários mínimos.

Com isto os dados referentes a renda familiar das alunas e dos alunos evidenciam uma concentração significativa em família de baixa renda, reforçando a percepção de que a realidade vivida pelas alunas e alunos da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Tereza Alves de Moura é marcada por limitações financeiras.

O quadro social demonstrado nos gráficos 5 e 6 pode ter implicação direta no desempenho e frequência escolar, pois a baixa renda familiar da família das alunas e alunos pode trazer a necessidade de ingressarem no mercado de trabalho informal, devido a sua idade, antes de concluírem os estudos.

A análise dos gráficos 5 e 6 no possibilita perceber que a(o)s aluna(o)s em sua maioria têm baixa renda familiar e a EEEFM Tereza Alves de Moura está situada em uma zona de periferia entre as cidades de Campina Grande e Queimadas, fazendo parte da zona rural desta última, conforme pode ser percebido na foto captada do Google Maps.



Fonte: Google Maps (2025).

Ante o exposto surge a percepção de que as pessoas que moram nas periferias costumam ter menos acesso à Educação integral¹⁵ do que quem mora nas regiões centrais. A distância das escolas, a falta de transporte público adequado, a pouca iluminação das ruas, a insegurança e até a ausência de saneamento básico acabam dificultando o caminho dos estudantes até a escola e contribuem para que muitos acabem abandonando os estudos.

A separação entre as áreas de moradia funciona como um mecanismo que reforça as desigualdades sociais nas grandes cidades. Pense em quem precisa pegar vários ônibus para ir e voltar do trabalho e depois de um dia cansativo ainda ter que enfrentar mais dificuldades para chegar à escola. Nesse contexto, faz sentido o que Paula e Nogueira (2018) afirmam: o lugar onde a pessoa mora pode atuar como um fator decisivo nos processos que geram desigualdades educacionais.

¹⁵ A Educação Integral aqui referendada compreende a que promove o desenvolvimento do indivíduo em variados aspectos como intelectual, físico, emocional, social e cultural, constituindo-se como projeto coletivo. Disponível em:

https://educacaointegral.org.br/conceito/?gad_source=1&gad_campaignid=434136132&gbraid=0AAA_AADiXWORg0BsRrC_8K7_p_qI-wPEhI&gclid=CjwKCAiAuIDJBhBoEiwAxhgyFms4e-nFfKQZTNr3IW5f8mXSH4F1IsREIVlzYgEqkK0u_rcdTwysvx0CUiEQAvD_BwE

Acesso em 15 de jul. de 2025.

Quando o governo afirma, em suas campanhas, que oferece Educação de qualidade para todos, esse discurso não se sustenta se não forem asseguradas condições básicas para que moradores das periferias consigam chegar à escola. No Brasil, grande parte da população que vive nessas áreas enfrenta pobreza, desemprego, baixa renda e falta de recursos. Fatores que precisam ser considerados ao discutir tanto o acesso quanto a permanência. As desigualdades sociais, a separação espacial dentro da cidade e a falta de oportunidades educacionais estão interligadas e se reforçam mutuamente. Sobre a relação entre origem social e desempenho escolar, Bourdieu (2014, p. 34) destaca:

Em qualquer domínio cultural medido, teatro, música, pintura, jazz ou cinema, os estudantes têm conhecimentos ainda mais ricos e mais amplos, quando sua origem social é elevada. Se a grande variação da prática de um instrumento musical, do conhecimento das peças pelo espetáculo ou da música clássica pelo concerto não tem nada que possa espantar, pois os hábitos culturais da classe e os fatores econômicos acumulam aqui seus efeitos, causa surpresa que os estudantes se distingam muito claramente, segundo sua origem social, no que concerne à frequência dos museus e mesmo ao conhecimento da história do jazz ou do cinema, frequentemente apresentados como “artes de massa”. Se se sabe que no caso da pintura, que não é diretamente o objeto de um ensino, diferenças aparecem até mesmo no conhecimento dos autores clássicos e acentuam-se quando se trata das pinturas modernas, se também se sabe que a erudição em matéria de cinema ou jazz (sempre muito mais raras do que nas artes consagradas) também é muito desigualmente repartida segundo a origem social, deve-se concluir que as desigualdades em relação à cultura não são em lugar algum tão marcadas quanto no domínio em que, na ausência de um ensino organizado, os comportamentos culturais obedecem aos determinismos sociais mais do que à lógica dos gostos e dos entusiasmos individuais.

Bourdieu e Passeron, nas obras *Os herdeiros* (2014) e *A reprodução* (2023), trazem importantes reflexões sobre o ensino formal na França dos anos 1960, mas suas análises também podem ajudar a entendermos a realidade educacional brasileira. Os autores criticam os processos escolares, os métodos pedagógicos e os sistemas de avaliação baseados no mérito individual ou na ideia de ‘talento natural’. Segundo eles, esse modelo favorece estudantes que já têm vantagens sociais e acaba afastando aqueles que vêm de grupos socialmente excluídos, oferecendo uma educação que não dialoga com sua realidade.

Enquanto para alguns grupos privilegiados a educação se conecta naturalmente a experiências culturais que fazem parte do seu cotidiano — como ir a museus, cinemas, monumentos históricos, teatros, jardins botânicos, zoológicos,

aquários, ilhas ou centros de inovação —, para aqueles que vivem em situação de exclusão social esse repertório é distante e não faz parte do seu dia a dia.

Mesmo que Bourdieu e Passeron (2014, 2023) tenham desenvolvido pesquisas e análises empíricas com estudantes e professores universitários de Paris, no contexto brasileiro é possível observar as desigualdades sociais e o chamado “fracasso escolar” em avaliações como o Enem. Nesse exame, os cursos mais concorridos acabam sendo ocupados majoritariamente pelos filhos da elite econômica e cultural, que possuem maior acúmulo de recursos e vantagens educacionais.

Para a análise dos dados expostos, referente ao aspecto de cor das alunas e alunos, bem como a condição social das suas famílias, é oportuno não esquecer sua relação com a Divisão Sexual do Trabalho. Nessa perspectiva destaca Biroli (2018) que

As hierarquias de gênero, classe e raça não são aplicáveis sem que se leve em conta essa divisão, que produz, ao mesmo tempo, identidades, vantagens e desvantagens. Muitas das percepções sobre quem nós somos no mundo, o que representamos para as pessoas próximas e o nosso papel na sociedade estão relacionados à divisão sexual do trabalho. Nela se definem, também, dificuldades cotidianas que vão conformando trajetórias, possibilidades diferenciadas na vida de mulheres e homens. Trata-se de questão sensível, ainda, porque confere a todas as mulheres uma posição semelhante (a elas são atribuídas tarefas de que os homens são liberados) e porque as distingue dos outros atores (elas são diferentemente marcadas e oneradas pela divisão de tarefas e responsabilidades segundo os recursos que detêm para “driblar” o tempo e a energia que tais tarefas requerem (p. 21).

Pela leitura do texto em epígrafe infere-se que quando se aborda sobre gênero, classe social e raça é oportuno entender que muitas vantagens e desvantagens relativas às mulheres têm relação com a Divisão Sexual do Trabalho, pois é nela que se define as dificuldades cotidianas as quais as mulheres estão sujeitas.

Entre essas dificuldades pode-se citar seu ingresso no mercado de trabalho. A definição do papel das mulheres no mercado de trabalho tem suas origens nos inícios do capitalismo, pois enquanto aos homens da pequena burguesia era reservada expectativas de ocupação de cargos promissores e desafiadores, às mulheres havia poucas alternativas, fazendo-as limitar-se aos afazeres domésticos ou aceitar as oportunidades que lhe abriam o mercado de trabalho, exercendo atividades laborais como costureiras ou preceptores de crianças, ocupações que lhe conferiam baixo prestígio social e remuneração. (Saffioti, 1976).

Corroborando com o argumento de Saffiote (1976), as autoras Pinsky e Pedro (2012) destacam que no século XIX o ideal tradicional das mulheres como seres domésticos, que deveriam voltar-se prioritariamente à família, dividiu espaço com o contexto histórico de desenvolvimento econômico e urbano que caracterizava os países Europa. Nesse contexto

O ideal masculino era de alguém racional, agressivo, corajoso, capaz de tomar decisões lúcidas, empreendedor e dominador, apto para a vida pública, enquanto a mulher deveria ser sentimental, passiva, casta, vulnerável dependente e destinada ao lar. De certo modo, as próprias mudanças convenceram a muitos que as mulheres não deveriam deixar suas atribuições de mãe e esposa obediente, permanecendo definidas por sua relação com o homem (p. 271).

O trabalho e o lar foram configurados como dois campos distintos, enquanto o lar se desenhava como lugar da família, da moralidade, do aconchego, das mulheres que recebiam seus maridos após uma jornada de trabalho. O trabalho era o espaço dos homens, da vida pública, da liberdade e dos desafios, sendo, portanto, incompatível para as mulheres de “Boa família”.

Para contribuir com o debate sobre gênero, desigualdade social, estudo e trabalho, a presente dissertação realizou um estudo com discentes de uma escola da rede estadual de ensino no Estado da Paraíba, nessa linha, ao investigar como as responsabilidades domésticas e de cuidado se relacionam com o tempo dedicado aos estudos pelas alunas da EEEFM Tereza Alves de Moura, a presente dissertação visou contribuir para produção acadêmica sobre gênero, trabalho e educação, mas também gerar subsídios relevantes para a escola, pois ao debater o tema da Divisão Sexual do Trabalho poderá contribuir para sua desnaturalização.

Para melhor entendimento em relação a continuidade nos estudos ou possível interesse no ingresso do mercado de trabalho após o término do ensino médio entre as alunas e alunos que compõem o corpo discente da escola EEEFM Tereza Alves de Moura o questionário aplicado formou uma pergunta sobre o objetivo escolar dos discentes quanto à continuidade nos estudos na universidade ou se seria apenas concluir o ensino médio; nesta perspectiva os dados elaborados a partir das respostas das alunas e dos alunos revelaram que:

Tabela 1 - Objetivo escolar dos discentes

	Desejam concluir o ensino superior	Querem apenas concluir o ensino. médio
Alunos	66,7%	33,3%
Alunas	68,8%	31,2%

Fonte: próprio autor (2025)

Ao analisar os resultados da pesquisa, percebe-se que a maioria dos alunos tem como principal objetivo concluir o ensino superior. O gráfico mostra que 66,7% dos participantes enxergam a continuidade dos estudos além do ensino médio como um passo importante para o futuro. Dessa maneira, esse dado indica que há um interesse na formação acadêmica como possibilidade de alcançar melhores oportunidades profissionais e de crescimento pessoal.

Por outro lado, 33,3% dos estudantes afirmaram que desejam apenas concluir o ensino médio. Esse resultado também é relevante, pois aponta que parte dos alunos pode ter outras prioridades, como inserção imediata no mercado de trabalho ou responsabilidades pessoais que os levam a não planejar, neste momento, a continuidade dos estudos. Nota-se que os objetivos escolares estão diretamente relacionados às condições sociais e perspectivas individuais de cada aluno, dentre elas a necessidade de ingressar no mercado de trabalho para auxiliar na renda familiar.

A diferença entre os alunos que desejam concluir o ensino superior e que querem apenas concluir o ensino médio mostra que, embora exista uma maioria interessada no ensino superior, ainda há desafios em relação ao incentivo à continuidade dos estudos como questões sociais, econômicas, familiares e até mesmo culturais que podem influenciar essas escolhas, revelando a importância de políticas educacionais e projetos escolares que estimulem os alunos a pensar em percursos formativos mais longos.

A tabela 1 não apenas ilustra números, mas também traz reflexões sobre o futuro educacional desses jovens. Ela evidencia a necessidade de compreendermos os diferentes contextos vividos pelos alunos e de criar estratégias para apoiá-los em

seus objetivos, sejam eles a conclusão do ensino médio ou a entrada no ensino superior.

Observando as respostas das alunas que desejam concluir o ensino superior e as que querem apenas concluir o ensino médio, nota-se, assim como nos alunos, que a maior parte delas demonstra interesse em seguir os estudos para além do ensino médio. A tabela mostra que 68,8% das estudantes têm como objetivo concluir o ensino superior, o que indica uma expectativa de continuidade acadêmica e de busca por melhores oportunidades no futuro. Esse dado sugere que as alunas enxergam na educação uma possibilidade de transformação social e pessoal.

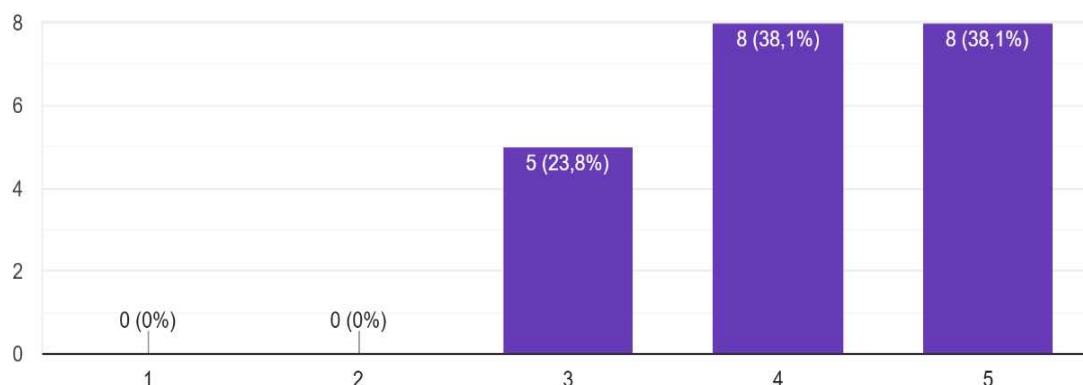
Apesar da maioria optar pela continuidade dos estudos, 31,2% das participantes afirmaram que desejam apenas finalizar o ensino médio. Essa porcentagem, embora menor, também é significativa, pois evidencia que algumas alunas podem estar mais voltadas para a inserção imediata no mercado de trabalho ou têm outras prioridades que dificultam a projeção de cursar o ensino superior.

Comparando os dois grupos de alunas, ou seja, as que desejam concluir o ensino superior e as que querem apenas concluir o ensino médio, percebe-se que as alunas demonstram um desejo forte de seguir estudando, mas ainda existem barreiras que impedem parte delas de planejar a universidade como um caminho possível.

No caso do universo feminino, além das questões como condição financeira, herança cultural, há o elemento importante que é a responsabilidade familiar, que se traduz na realização do trabalho doméstico e de cuidado.

A pesquisa aplicada as alunas e alunos contemplou perguntas referentes às atividades domésticas, contudo antes da exposição e análise dos dados faz-se necessário um entendimento sobre o que pensam os discentes quanto a importância dos estudos.

O gráfico 7 traz a percepção da importância dos estudos para os alunos em uma escala de 1 a 5, sendo que 1 seria nada importante e 5 seria muito importante. Sua exposição é didática para a análise dos números.

Gráfico 7 - Importância dos estudos em uma escala de 1 a 5 para os alunos

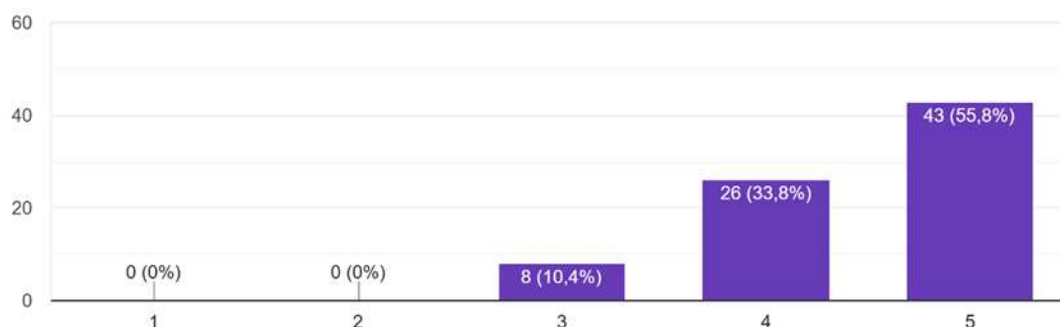
Fonte: próprio autor (2025)

Ao observar os resultados apresentados, é possível perceber que nenhum dos alunos avaliou o estudo com notas muito baixas, ou seja, nas opções 1 e 2. Esse dado já demonstra que, de forma geral, todos reconhecem a relevância da educação em suas vidas, mesmo que em diferentes níveis de intensidade. A ausência de respostas nas notas menores mostra que os estudantes não enxergam o estudo como algo sem valor.

A maior parte dos alunos atribuiu notas 4 e 5 para a importância do estudo, representando 38,1% em cada uma dessas opções significando que mais de 76% dos participantes valorizam bastante o aprendizado, considerando-o essencial para suas trajetórias pessoais e profissionais. Essa concentração nas notas mais altas revela uma percepção positiva em relação ao papel da escola na formação e no futuro.

Já 23,8% dos estudantes escolheram a opção 3, que corresponde a uma avaliação mediana. Esse grupo de alunos, embora reconheça a importância dos estudos, pode não se sentir tão motivado ou talvez enfrente dificuldades que dificultam a atribuição de um valor mais elevado. Essa diferença pode estar ligada a fatores como desinteresse momentâneo, falta de apoio familiar ou até mesmo experiências escolares que não os estimularam suficientemente.

Em caráter comparativo o gráfico 8 destaca o resultado da pesquisa realizada com as alunas quanto a importância dos estudos.

Gráfico 8 - Importância dos estudos em uma escala de 1 a 5 para as alunas

Fonte: próprio autor (2025)

Ao analisar as respostas das alunas, fica evidente que a maioria atribui uma grande importância ao estudo. O gráfico mostra que 55,8% delas escolheram a nota máxima (5), enquanto 33,8% atribuíram nota 4. Isso significa que 89,6% das estudantes reconhecem o valor da educação como um fator essencial em suas vidas, seja para a construção pessoal, seja para alcançar melhores oportunidades no futuro.

Ainda que em menor número, 10,4% das participantes avaliaram a importância do estudo com a nota 3, representando uma posição intermediária. Esse grupo de alunas pode estar passando por experiências em que o estudo não aparece de forma tão motivadora, ou até mesmo pode enfrentar dificuldades que dificultam o reconhecimento imediato do papel da educação. Mesmo assim, é significativo que nenhuma aluna tenha considerado as notas 1 e 2, o que reforça a percepção coletiva de que a Escola é importante.

Na análise do gráfico 8 em relação ao gráfico 7, percebe-se que as alunas demonstram um entusiasmo mais intenso em relação ao estudo, principalmente pelo fato de mais da metade ter dado a nota máxima. Esse dado pode estar relacionado a uma expectativa maior em torno do ensino como caminho para autonomia e realização de projetos de vida. Ele também sugere que as meninas tendem a valorizar mais a formação acadêmica como uma oportunidade de crescimento pessoal e profissional, assim como foi exposto na tabela 1.

De forma geral, o gráfico 8 evidencia que as alunas não apenas reconhecem, mas também valorizam fortemente o papel da Educação. Esse resultado positivo reforça a ideia de que há um engajamento significativo entre elas e que a escola pode aproveitar essa motivação para desenvolver práticas pedagógicas ainda mais

estimulantes. Assim, a percepção da importância atribuída ao estudo se mostra um fator decisivo para a continuidade e sucesso da trajetória escolar feminina.

Ao compararmos as respostas das alunas e dos alunos nos gráficos 7 e 8 percebe-se que em ambos os grupos o estudo é visto como algo de grande relevância. Nenhum estudante, seja do gênero masculino ou feminino, atribuiu notas muito baixas (1 e 2), o que já demonstra uma valorização coletiva da educação. Entretanto, existem diferenças interessantes entre os dois grupos. No caso dos alunos, as notas 4 e 5 ficaram equilibradas, com 38,1% cada uma, enquanto 23,8% atribuíram nota 3. Já entre as alunas, a concentração nas notas mais altas foi ainda maior: 55,8% escolheram a nota máxima (5) e 33,8% ficaram com a nota 4. Apenas 10,4% marcaram a opção 3. Esses números indicam que as meninas demonstram uma valorização mais intensa e homogênea do estudo quando comparadas aos meninos.

Essa diferença pode estar relacionada a fatores culturais e sociais que influenciam a forma como cada grupo enxerga a Escola. Muitas vezes, as alunas projetam no estudo uma forma de conquistar independência e melhores condições de vida, o que pode explicar a forte presença da nota máxima entre elas. Já entre os alunos, a distribuição mais equilibrada entre 3, 4 e 5 pode indicar que parte deles ainda não associa o estudo de maneira tão direta com seus objetivos futuros.

A percepção da importância do estudo pelas alunas é simbólico em diversos aspectos, nos quais podemos destacar dois. O primeiro pela consciência do estudo como meio de mudança de vida, de saída de sua condição atual para uma nova realidade no meio em que vivem ou para o futuro mercado de trabalho. O segundo é a mudança de paradigma, pois historicamente as mulheres ficaram em segundo plano nas atividades da vida social e agora se veem na possibilidade de ocupar patamares até então exclusivos dos homens.

As conquistas das mulheres ocupando espaços ditos masculinos é resultado da luta e resistência empreendida pelos movimentos feministas, quanto a isso é oportuno destacar a fala de Biroli (2018), quando ela argumenta que:

Os movimentos feministas têm atuado de “fora” (exercendo pressão a partir das ruas) e “dentro” do Estado, participando da construção de políticas e de novos marcos de referência para as democracias contemporâneas no âmbito estatal nacional e em organizações e espaços transnacionais. Não cabe dizer que essa atuação ocorre a despeito da baixa presença nos espaços formais de representação, mas sim, que assume formas que têm relação direta com ela e que produz efeitos concretos, sendo imprescindível considerá-la para compreender a história política recente da América Latina. No Brasil, os

movimentos feministas tiveram grande protagonismo em movimentos-chave de nossa história contemporânea, como no processo de transição da ditadura de 1964 para um regime democrático, nos anos de 1980, em que se destacaram as disputas para a construção da nova carta constitucional de 1988, desde então, sua atuação sistemática tem imprimido perspectivas de gênero a instituições e políticas, o que foi interpretado como um processo de despatriarcalização do Estado. Há, assim, boas razões para se pensar o atrelamento da participação nos espaços formais à atuação de movimentos e organizações feministas e de mulheres (p. 182).

Não é possível falar em direito de votos das mulheres, do uso da pílula anticoncepcional, das novas relações familiares, da ocupação de cargos políticos e da luta em exercer no mercado de trabalho funções ditas masculinas sem falar na atuação do movimento feminista. Nesta linha Biroli (2018) expõe que:

De fato, é perceptível uma série de efeitos da participação das mulheres, desde a criação do CNDM, em 1985, até a participação dos movimentos organizados e seus efeitos na Constituição de 1988. Do mesmo modo, a institucionalização da agenda feminista em suas frentes prioritárias nas lutas dos anos (da década) de 1980- o combate à violência (nas delegacias da mulher, criadas a partir de 1985, e nos conselhos de direitos das mulheres ou na “condição feminina”, em Estados e municípios) e a defesa de políticas para a Saúde da Mulher, Pais)- pode ser vista como indicador de “uma participação efetiva das mulheres no cenário da política, que as análises que se limitam a estudá-las por intermédio de resultados eleitorais não permitem vislumbrar. Esses “passos para dentro de Estado possibilitam, ainda, compreender como os movimentos e suas representantes lidaram com resistências a suas pautas no âmbito estatal, algo que se deu de modo conflitivo, mas também por meio de ajustes e acomodações (p. 193).

Atualmente os movimentos feministas são plurais, pois atuam na defesa das mulheres de segmentos diferentes. Embora a luta seja pelas mulheres, há condições específicas delas que conduzem a feminismos específicos, “feminismo negro”, “feminismo jovem” e outros.

Para melhor entendimento sobre o engajamento nos estudos e atividades de leitura entre a(o)s discentes da Escola EEEFM Tereza Alves de Moura foi formulada uma tabela com dados relativos à quantidade de horas por dia que seriam dedicadas aos estudos fora da sala de aula.

Tabela 2 - Quantidade de horas por dia dedicada aos estudos fora da sala de aula

	Alunos	Alunas
Menos de uma hora	38,1%	44,2%
Entre 1 a 2 horas	38,1%	36,4%
Mais de 2 horas	4,8%	9,1%
Não estudo fora da sala de aula	19%	10,4%

Fonte: próprio autor (2025)

Ao analisarmos a tabela 2 percebemos que a maior parte dos alunos do sexo masculino dedica pouco tempo aos estudos fora da sala de aula. A soma dos que estudam menos de uma hora por dia (38,1%) e dos que dedicam entre uma e duas horas (38,1%) corresponde a mais de 70% dos respondentes. É oportuno destacar que esse dado sugere que, mesmo reconhecendo a importância da educação, o hábito de estudar em casa ainda não está consolidado entre a maioria dos estudantes.

Outro aspecto relevante é que 19% dos alunos afirmaram não estudar fora da sala de aula. Com isso, esse percentual mostra que uma parcela significativa depende exclusivamente das explicações do professor e das atividades realizadas em sala. A explicação para esse comportamento pode ser um reflexo da falta de disciplina no estudo, desmotivação ou até de dificuldade em organizar o tempo fora da escola.

Na análise da tabela 2, percebe-se que apenas 4,8% declararam estudar mais de duas horas diariamente. Embora seja um número baixo, ele mostra que existe um grupo de estudantes que valoriza e pratica o hábito de estudo contínuo, o que pode estar associado a um maior interesse pessoal, metas escolares mais claras ou até apoio familiar para manter essa rotina. Esse grupo pode servir como exemplo positivo dentro do contexto escolar. Os resultados apontam que os alunos do gênero masculino, apesar de reconhecerem a relevância da Educação, ainda não transformaram esse reconhecimento em uma prática consistente de estudo fora da sala de aula.

Com relação ao percentual das alunas nota-se que elas dedicam mais tempo para o estudo do que os alunos. Há entre as alunas um número mais expressivo de quem estuda menos de uma hora por dia, representando 44,2% do total. Esse dado revela que a quantidade de estudo entre as alunas é baixa, o que pode comprometer o aprofundamento do aprendizado.

Um dado significativo é o de que as alunas que afirmaram estudar entre uma e duas horas diariamente, correspondendo a 36,4%. Esse percentual mostra que muitas estudantes apresentam uma rotina diária com um determinado tempo de dedicação aos estudos. Essa prática tende a gerar impactos positivos em termos de desempenho escolar.

Um dado positivo é que 9,1% das alunas responderam estudar mais de duas horas por dia. Esse número, mesmo tendo um percentual menor, representa aquelas estudantes que demonstram maior interesse pelo estudo. No aspecto de não estudar fora de sala de aula, as alunas apresentam um número menor que os alunos, enquanto as mesmas representam 10,4% entre eles a porcentagem chegou a 19%.

Ao comparar os dados da pesquisa entre as alunas e alunos, percebe-se que ambos os grupos apresentam certa semelhança no comportamento de estudo, mas também algumas diferenças, pois tanto alunos quanto alunas concentram-se majoritariamente nas faixas de menor tempo de dedicação, revelando que o hábito de estudo fora da sala ainda é pouco consolidado de forma geral.

Entre os meninos, 38,1% afirmaram estudar menos de uma hora por dia, resultado um pouco menor que o das meninas, que apresentaram o percentual de 44,2%. Torna-se significativo observarmos essa informação, uma vez que o percentual de alunas que desejam concluir o ensino superior é maior que o dos alunos, como demonstra a tabela 1. E quando lemos os gráficos 7 e 8 vemos que 55,8% das estudantes dão a nota máxima quando avaliam a importância do estudo em suas vidas, enquanto em relação aos alunos apenas 38,1% dos mesmos dão nota máxima à importância do estudo em suas vidas. O que nos faz refletir se há algo que está tirando tempo de estudo dessas estudantes.

Já quando se observa a faixa de uma a duas horas, há uma pequena diferença: os meninos somaram 38,1%, enquanto as meninas registraram 36,4%. Esses números mostram que não há grandes disparidades entre os gêneros nessa categoria intermediária, indicando que ambos se esforçam em manter uma rotina um pouco

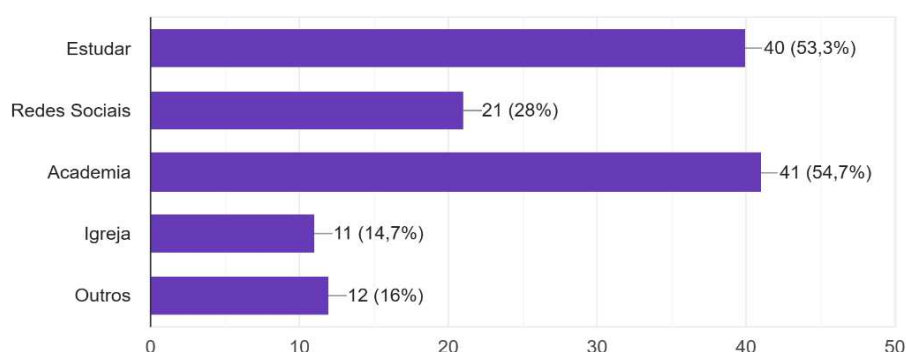
mais estruturada de estudo, ainda que limitada, contudo o percentual das alunas é um pouco menor.

A diferença mais evidente aparece na atividade do não estudo fora da sala de aula, pois, enquanto 19% dos meninos declararam não estudar fora da sala de aula, entre as meninas esse índice foi menor, com 10,4%. Esse dado pode sugerir que as alunas têm mais interesses pelas atividades escolares fora do ambiente educacional.

O formulário aplicado às alunas e alunos contendo uma pergunta em relação a quanto tempo de estudo os discentes dedicam diariamente fora da sala de aula é complementado com a indagação se eles e elas gostariam de ter mais tempo para se dedicar aos estudos. Nas respostas constatamos que 85,3% das alunas gostariam de mais tempo para se dedicar aos estudos enquanto em relação aos alunos 66,7% responderam que sim. Já quando invertemos a pergunta alteramos a resposta pois 33,3% dos meninos disseram que não, enquanto apenas 14,7% das meninas disseram que não.

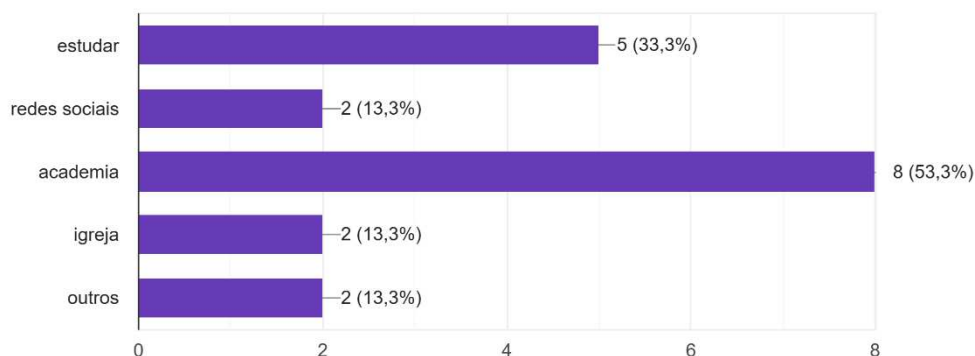
Como vivemos numa sociedade bombardeada por várias formas de entretenimento como mídias sociais, esportes, visitas ao shopping, entre outros, nos surge a pergunta se as alunas realmente usariam seu tempo livre em atividades escolares. Para tal pergunta os gráficos 9 e 10 dão uma dimensão.

Gráfico 9 - Se você não realizasse trabalho doméstico e de cuidado em que você gastaria seu tempo? (Alunas)



Fonte: próprio autor (2025)

Gráfico 10 - Se você não realizasse trabalho doméstico e de cuidado em que você gastaria seu tempo? (Alunos)



Fonte: próprio autor (2025)

Para essa pergunta foi permitido que a(o)s aluna(os) respondessem duas opções e o objetivo foi não a(o)s induzir a responderem “estudar”. Embora em ambos os gêneros a opção academia tenha ficado em primeiro lugar, seguido de estudar há diferenças substanciais em uma análise pormenorizada.

Em relação às alunas a opção academia ficou em primeiro lugar com 54,7% e estudar ficou com 53,3%, uma diferença de apenas 1,4%. Já entre os alunos essa diferença foi gritante: enquanto academia correspondeu a 53,3% das respostas a opção estudar ficou com apenas 33,3%, gerando uma diferença de 20%. O acima exposto mostra que as alunas procuram dedicar mais tempo livre aos estudos que os alunos.

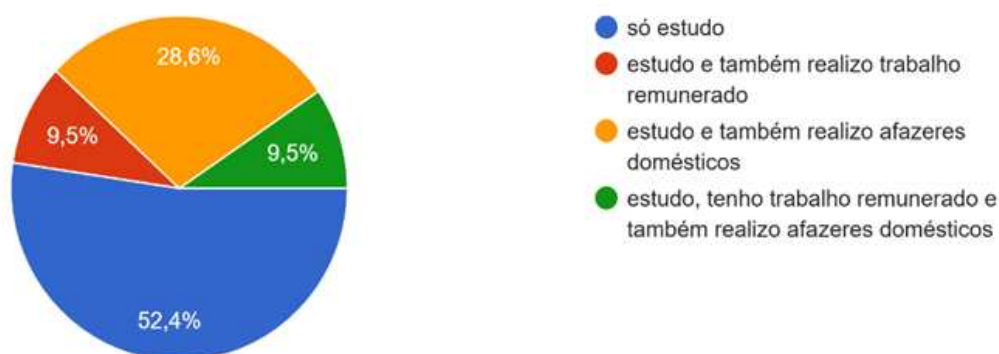
Os números supra mencionadas sugerem que o público feminino deseja mais tempo de estudo que a público masculino e isso pode indicar duas coisas, a primeira diz respeito ao aspecto do interesse pelo estudo, então claramente as alunas tem mais interesse, pois querem mais tempo para se dedicar as tarefas escolares; a segunda coisa pode ser inferida no tocante a ocupação: se as alunas desejam mais tempo para o estudo é porque se ocupam em algo que toma seu tempo, enquanto os alunos se ocupam menos que elas, pois não expressaram tanto interesse em ter mais tempo dedicado à leitura.

A hipótese levantada no segundo questionamento do parágrafo acima pode ser comprovada nos tópicos referentes a situação ocupacional e a realização de trabalhos domésticos e de cuidado por parte das alunas e alunos. Esses tópicos da pesquisa

são essenciais para a presente dissertação, trazendo informações sobre a Divisão Sexual do Trabalho no *lôcus* da pesquisa e entre o público selecionado.

Quando questionados sobre sua situação ocupacional os alunos informaram situações variadas. O gráfico 9 é didático para o melhor entendimento.

Gráfico 11 - Descrição da situação ocupacional dos alunos



Fonte: próprio autor (2025)

O gráfico 11 mostra a situação ocupacional dos alunos participantes da pesquisa. Entre os 20 respondentes, a maioria, representando 52,4%, declarou que se dedica exclusivamente aos estudos. Esse dado sugere que boa parte dos estudantes do gênero masculino possui como principal responsabilidade a vida escolar, sem a responsabilidade imediata de conciliar outras atividades de trabalho ou domésticas.

Entretanto, observa-se que 28,6% dos alunos afirmaram estudar e, ao mesmo tempo, realizar afazeres domésticos. Esse resultado indica que, mesmo entre os homens, há uma participação significativa nas tarefas do lar, o que aponta para uma mudança de cenário em relação às responsabilidades tradicionalmente atribuídas. Isso pode refletir transformações sociais que incentivam uma maior divisão das tarefas no ambiente familiar.

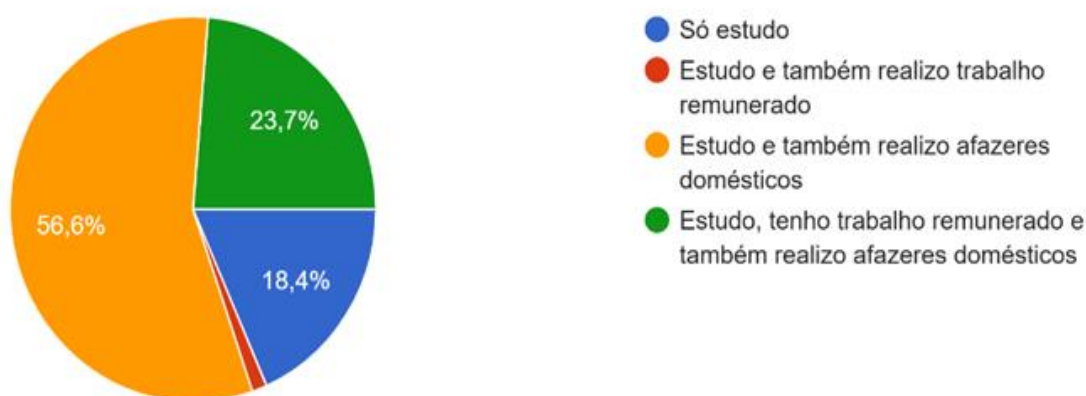
Já 9,5% dos estudantes declararam acumular estudo e trabalho remunerado, o que evidencia a presença de jovens que precisam complementar a renda familiar ou arcar com suas próprias despesas. Além disso, outros 9,5% relataram estar em uma situação ainda mais complexa, conciliando estudo, trabalho remunerado e afazeres domésticos. Esse grupo, embora menor, enfrenta uma sobrecarga maior em

comparação aos demais colegas, o que pode impactar diretamente na dedicação aos estudos.

Os dados revelam que, apesar de mais da metade dos alunos se dedicar somente à escola, uma parcela expressiva já assume múltiplas responsabilidades. Isso reforça a importância de considerar a diversidade das realidades ocupacionais dos estudantes, pois elas influenciam diretamente no tempo disponível para estudar, no desempenho acadêmico e até mesmo na saúde emocional desses jovens.

Em caráter comparativo com a situação ocupacional dos alunos o gráfico 12 destaca a situação ocupacional das alunas. Após sua exposição seguirá a discussão sobre os dados.

Gráfico 12 - Descrição da situação ocupacional das alunas



Fonte: próprio autor (2025)

O gráfico 12 apresenta a situação ocupacional das alunas participantes da pesquisa. Entre as 75 respondentes, observa-se que a maioria, correspondente a 56,6%, declarou que, além de estudar, também realiza afazeres domésticos. Esse dado evidencia como as responsabilidades escolares, no caso das mulheres, muitas vezes se acumulam com as demandas do lar, refletindo a sobrecarga que ainda recai de forma mais intensa sobre o público feminino em relação ao público masculino apresentado no gráfico 11.

Um grupo relevante de alunas, representando 23,7%, afirmou que, além dos estudos, também exerce trabalho remunerado e realiza tarefas domésticas. Essa parcela demonstra a dupla ou até tripla jornada vivenciada por algumas estudantes, que precisam dividir seu tempo entre escola, trabalho e cuidados com a casa. Essa

condição tende a gerar impactos diretos na disponibilidade de horas para estudo e, conseqüentemente, no rendimento acadêmico.

Em relação às alunas (56,6%) conciliam estudo e afazeres domésticos; (23,7%) estudam, realizam afazeres domésticos e têm trabalho remunerado e há um percentual menor, correspondente a 18,4% das respondentes que indicaram que se dedicam exclusivamente aos estudos. Observamos uma gritante desvantagem de gênero quando analisamos as respostas dos alunos, pois (52,4%) dos alunos só estudam.

Ainda quanto aos dados há um número, bastante reduzido, equivalente a 1,3%, de alunas, que declararam conciliar estudo com trabalho remunerado, sem a menção às tarefas domésticas; enquanto o percentual de alunos no trabalho remunerado é bem superior ao das alunas, ficando o percentual destes em 9,5%. Tal dado demonstra que há claramente uma Divisão Sexual do Trabalho que delega às mulheres o trabalho reprodutivo.

A baixa porcentagem desse último grupo sugere que, entre as alunas, os afazeres do lar estão fortemente presentes em suas vidas, mesmo para aquelas que também trabalham no mercado.

Sobre a relação entre divisão do trabalho e relações de sexo, Sousa e Guedes (2016, p. 124) indicam que:

A não consideração dos afazeres domésticos como trabalho silenciou e tornou invisível, por muito tempo, relações assimétricas e de poder entre os sexos. Como as atividades domésticas eram baseadas nos vínculos de casamento e reciprocidades parentais, as relações de subalternidade e opressão entre os sexos ficavam escondidas na cumplicidade familiar, que reserva às mulheres o amor e o cuidado com a família, e ao homem a provisão financeira. O curso da história delineou um modelo de família cuja protagonista, a mãe, seria a responsável por dispensar especial atenção ao cuidado e à educação dos filhos, assumindo a formação moral das crianças no interior dos lares.

Os resultados apresentados nos gráficos seguintes demonstram que a maior parte das estudantes enfrenta múltiplas responsabilidades fora do ambiente escolar, especialmente ligadas ao trabalho doméstico. Essa realidade reforça a necessidade de se considerar o impacto da sobrecarga cotidiana na vida acadêmica das alunas, apontando para a importância de políticas públicas e práticas escolares que reconheçam essas condições e ofereçam apoio para minimizar os efeitos dessa desigualdade de gênero no processo educativo.

Apesar da Escola ser hoje um espaço de pluralidade e diversidade, ainda persiste a separação de funções no ambiente doméstico, e essa organização desigual do trabalho fora da escola pode refletir diretamente nos resultados escolares. A desvalorização social e econômica das atividades de cuidado e do trabalho doméstico, geralmente atrelados às mulheres e muitas vezes invisibilizadas, reforça a importância de examinar seus impactos. Como destacam autoras como Flávia Biroli (2018) e Helena Hirata (2022), é fundamental compreender como essas desigualdades se desdobram e produzem consequências em diferentes esferas da vida social, inclusive na experiência escolar.

A Divisão Sexual do Trabalho vai além do espaço doméstico ou do mercado de trabalho, refletindo também em áreas fundamentais da vida social, como a Educação. Muitas estudantes, por serem mulheres, acabam acumulando funções dentro de casa que se somam às exigências da escola, o que gera uma sobrecarga.

Quando, além dos afazeres domésticos e escolares, essas jovens também desempenham atividades remuneradas, a carga se torna ainda maior, reduzindo o tempo que poderiam dedicar aos estudos e, conseqüentemente, interferindo no rendimento escolar.

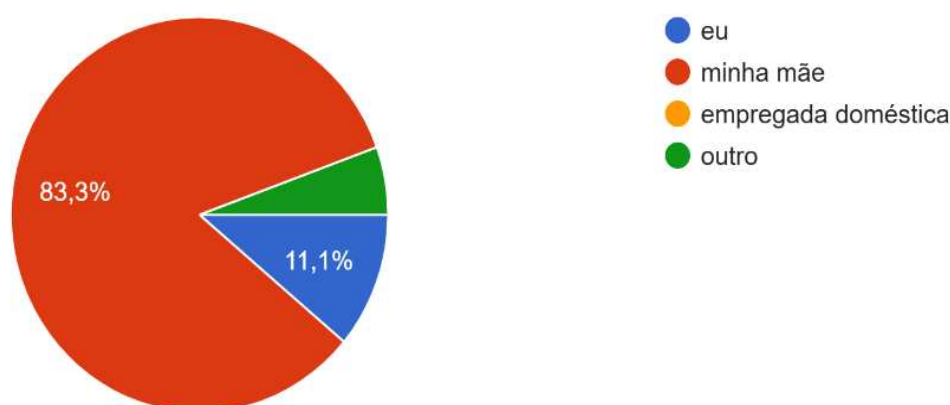
Quando analisamos este dado em uma perspectiva interseccional vemos que o fator classe social interfere na produção do fato, pois enquanto as jovens das classes média e alta podem delegar as atividades domésticas e de cuidado para trabalhadoras das classes menos favorecidas, as estudantes em análise têm que realizar, juntamente com as outras mulheres da casa, o trabalho reprodutivo.

Apesar de, atualmente, em diversos países, mulheres terem acesso formal à educação e à possibilidade de atuar em qualquer profissão, essa igualdade é relativa, pois as tarefas domésticas e de cuidado ainda consomem grande parte de seu tempo, dificultando sua qualificação profissional e a conquista de posições de prestígio, como em carreiras científicas ou militares.

Conforme destaca Biroli (2018), embora já tenham ocorrido avanços e denúncias sobre a concentração das tarefas reprodutivas nas mãos das mulheres, ainda há poucas medidas concretas para enfrentar essa realidade. Dessa forma, o trabalho realizado no âmbito privado permanece desvalorizado e invisível, recaindo majoritariamente sobre elas, mesmo que haja paulatinamente uma maior presença feminina no mercado de trabalho.

Para melhor entendimento sobre como são divididas as atividades domésticas e o cuidado, foi formulada a pergunta no questionário aos alunos “Quem realiza em sua casa a maior parte das atividades domésticas e de cuidado?”. Suas respostas podem ser compreendidas com a exposição e análise dos gráficos 13 e 14.

Gráfico 13 - Quem realiza a maior parte das atividades domésticas e de cuidado em sua casa?
(alunos)



Fonte: próprio autor (2025)

O gráfico 13 revela, em relação aos estudantes do gênero masculino, quem realiza a maior parte das atividades domésticas e de cuidado em suas casas. Entre os 20 respondentes, a ampla maioria de 18 alunos, representando 83,3%, afirmou que essa responsabilidade recai sobre as mães. Esse dado reforça um padrão bastante presente na sociedade brasileira, no qual as mulheres ainda são as principais responsáveis pelos cuidados do lar e da família.

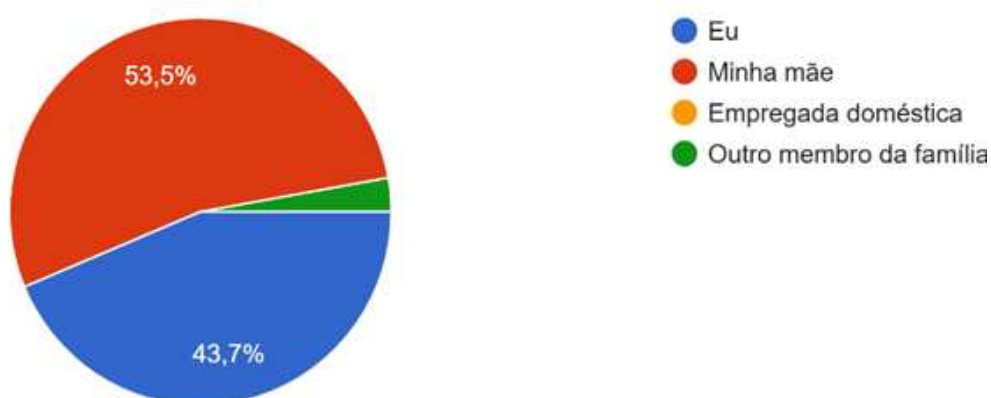
Por outro lado, 11,1% dos alunos declararam que eles mesmos assumem a maior parte das tarefas domésticas. Embora seja um percentual menor, ele indica que alguns jovens do gênero masculino participam mais ativamente das atividades do lar, o que pode apontar para mudanças graduais em relação à divisão de responsabilidades dentro da família.

Ainda, 5,6% dos estudantes indicaram a categoria “outro” como responsável pelos afazeres domésticos, o que pode englobar diferentes situações, como irmãos, avós ou outros familiares que compartilham essas funções. É importante notar que nenhuma das respostas citou a figura da empregada doméstica como responsável pela maioria das tarefas, sugerindo que a divisão dos cuidados é feita principalmente

entre familiares, e o marcador classe social torna-se de grande importância na produção e compreensão do resultado desse dado.

Os homens ainda veem suas mães sendo as principais responsáveis pelo trabalho doméstico, o que reproduz uma lógica cultural que associa essas funções ao feminino. Contudo, a presença de estudantes que já assumem parte dessas responsabilidades pode sinalizar para novas práticas que podem estar sendo incorporadas, contribuindo, ainda que de forma tímida, para uma divisão mais equilibrada dessas tarefas no ambiente familiar.

Gráfico 14 - Quem realiza a maior parte das atividades domésticas e de cuidado em sua casa?
(alunas)



Fonte: próprio autor (2025)

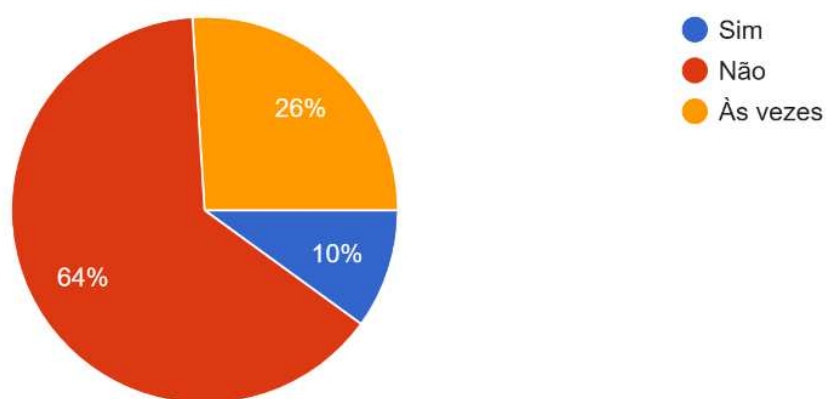
Com relação às alunas, o gráfico 14 apresenta quem as alunas identificam como a principal responsável pelas atividades domésticas e de cuidado em suas casas. Entre as 75 respondentes, a maioria, equivalente a 53,5%, declarou que essa função ainda é exercida majoritariamente por suas mães. Esse resultado mostra como, mesmo em diferentes contextos familiares, as mulheres permanecem sobrecarregadas com os trabalhos do lar, reproduzindo uma divisão desigual das responsabilidades.

Em segundo lugar com 43,7% das respostas estão as entrevistadas que afirmaram elas próprias realizarem a maior parte dessas tarefas. Esse dado chama a atenção por revelar que muitas alunas, além das demandas escolares, também assumem um papel ativo dentro de casa. Enquanto 11,1% dos alunos informaram que

realizam a maior parte das atividades domésticas e de cuidado, o número de alunas que fazem isso é muito superior. Tal situação pode contribuir para a sobrecarga das alunas, que precisam dividir o tempo entre os estudos e as responsabilidades domésticas, impactando diretamente sua rotina de estudos.

Quando perguntado às alunas que têm irmãos se os mesmos ajudam na realização dos afazeres domésticos e no cuidado temos o seguinte gráfico 15:

Gráfico 15 - Participação dos irmãos na realização dos afazeres domésticos e de cuidado



Fonte: próprio autor (2025)

Desta forma temos que em 64% dos lares das alunas, os irmãos não se responsabilizam pelos afazeres domésticos e de cuidado em nenhuma hipótese e em 26% só eventualmente, totalizando 90% das casas em que os irmãos não têm a realização dessas atividades em seu cotidiano.

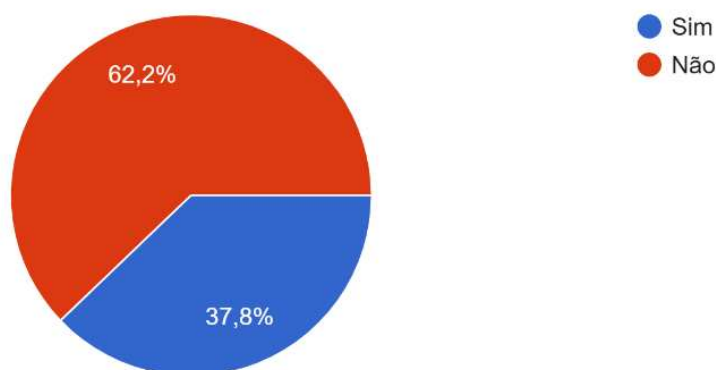
Um percentual bem menor das alunas, de 2,8%, indicou que outro membro da família é quem assume essa função de realizar atividades domésticas e de cuidado. Essa baixa incidência sugere que ainda é pouco comum a participação de outros integrantes, como irmãos, pais ou avós, no cuidado com a casa, reforçando que as tarefas domésticas ficam concentradas entre mães e filhas. Nenhuma das respondentes apontou a presença de empregada doméstica como principal responsável, o que demonstra que, na realidade das alunas pesquisadas, o trabalho doméstico está restrito ao núcleo familiar.

Os resultados apontam para uma forte ligação entre gênero, classe social e atividades domésticas, evidenciando que tanto as mães quanto as próprias alunas

carregam a maior parte dessa responsabilidade. O tempo e a energia que poderiam ser dedicados aos estudos; à participação em atividades escolares e ao descanso necessário para o aprendizado dessas jovens são comprometidos quando ficam responsáveis por uma carga significativa de tarefas domésticas e de cuidado em seus lares. Essa dupla jornada, muitas vezes invisibilizada e não reconhecida, pode configurar uma barreira significativa ao seu pleno desenvolvimento escolar

Ante o exposto surgiu a dúvida de como essas estudantes enxergavam a situação na qual estavam inseridas: a de ver em suas casas a realização quase total das atividades reprodutivas por mulheres. Para tanto perguntamos se o fato das mesmas serem mulher justificaria a atribuição de grande parte das ou todas as atividades domésticas para as mesmas, formando o gráfico 16:

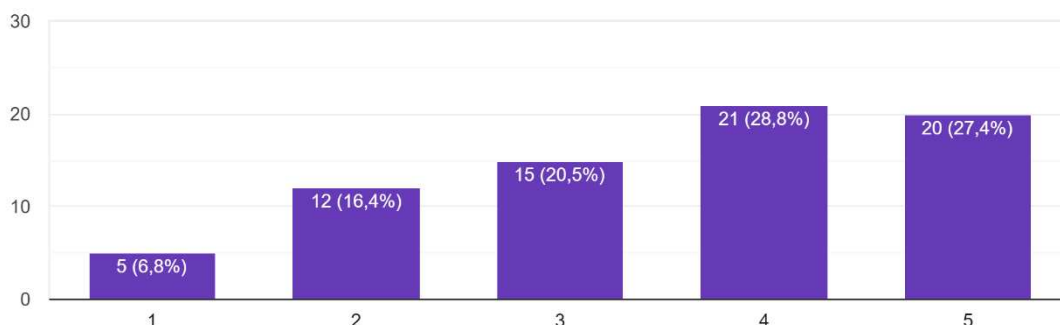
Gráfico 16 - Percepção das alunas acerca de ter que realizar atividades domésticas e de cuidado



Fonte: próprio autor (2025)

Uma parcela de 62,2% respondeu que não justificava, porém o percentual de alunas que respondeu que justificava foi considerável, ficando em 37,8%. Para tentar esclarecer mais essa resposta indagamos em uma escala de 1 a 5 o quanto as mesmas estavam satisfeitas com a divisão de atividades domésticas e de cuidado em suas casas, sendo 1 pouco satisfeita e 5 muito satisfeita, obtivemos o seguinte gráfico 17:

Gráfico 17 - Nível de satisfação das alunas com a divisão de tarefas em suas casas

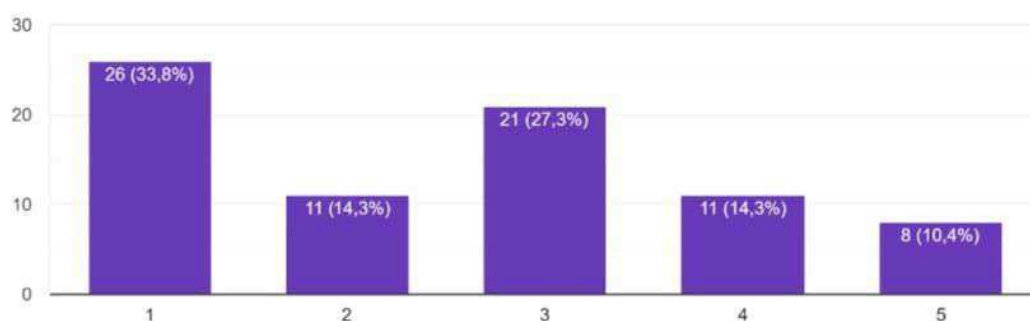


Fonte: próprio autor (2025)

A maioria de 28,8% marcou o indicador 4, que significa satisfeito, seguido do indicador 5, que significa muito satisfeito com 27,4%. Esses indicadores juntos representam 56,2% das respondentes. Entretanto, apenas 6,8% marcaram o indicador 1, que significa muito insatisfeita, ficando este em último lugar.

Tentando compreender se as mesmas viam a Divisão Sexual do Trabalho como empecilho para sua performance enquanto estudantes perguntamos, em uma escala de 1 a 5, se a realização de atividades domésticas e de cuidado interferiam nos seus desempenhos escolares, sendo que 1 não interferiria e 5 interferiria muito. Suas respostas formaram o gráfico 18:

Gráfico 18 - Percepção das alunas sobre o fato da realização de tarefas domésticas atrapalhar ou não no seu estudo



Fonte: próprio autor (2025)

33,8% afirmaram que a realização de atividades domésticas e de cuidado não interferiam nos seus desempenhos escolares enquanto apenas 10,4% afirmaram que interferiam muito. As respostas dos gráficos 17 e 18 demonstram que entre grande parcela das alunas que sofrem as consequências da Divisão Sexual do Trabalho não há uma visão crítica em relação a essa desigual divisão, pois muitas delas estão imbuídas de explicações advindas do senso comum e acabam absorvendo, naturalizando e propagando a ideia de que cabe às mulheres a responsabilidade pelos afazeres domésticos e pelo cuidado em suas casas.

Esse cenário reforça a necessidade de reflexão sobre a divisão das tarefas no espaço familiar e de considerar como essa realidade pode interferir no processo educativo das estudantes, já que a sobrecarga de funções tende a reduzir o tempo e a energia dedicados aos estudos. Neste cenário, a Educação emerge como um espaço relevante para a análise dos efeitos da Divisão Sexual do Trabalho, pois para as adolescentes e jovens mulheres, o ensino médio representa uma fase crucial de formação estudantil, desenvolvimento pessoal e preparação para o futuro, seja no ingresso no ensino superior ou uma melhor qualificação para o mercado de trabalho.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho buscamos analisar a influência da Divisão Sexual do Trabalho na quantidade de tempo que é disponibilizado aos estudos por alunas do 3º ano do ensino médio da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Tereza Alves de Moura, localizada em Queimadas-PB. Nossa análise partiu da hipótese de que a sobrecarga de atividades domésticas e de cuidado, tradicionalmente atribuídas às mulheres, pode interferir de modo negativo no tempo dedicado aos estudos dessas jovens.

Observando o percurso histórico da educação feminina no Brasil, desde a exclusão quase absoluta das mulheres do ensino formal até a sua inserção mais expressiva na escola e no mercado de trabalho, pudemos compreender que a desigualdade de gênero foi uma constante em diferentes contextos históricos e sociais e ainda que avanços importantes tenham sido conquistados, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, a permanência da divisão desigual de atribuições entre os gêneros evidencia que o acesso formal à escolarização não elimina, por si só, os entraves culturais e sociais que recaem sobre muitas mulheres, embora uma educação libertadora possa promover reflexões e mudanças de paradigma.

Ao debatermos sobre a Divisão Sexual do Trabalho, pudemos enxergar algumas contradições em sociedades democráticas contemporâneas, como a brasileira, pois mesmo estas sociedades declarando haver igualdade entre todos os cidadãos e cidadãs, não é o que vemos na prática; já que a separação entre trabalho produtivo designado aos homens e trabalho reprodutivo reservado às mulheres vai criando posições hierárquicas na sociedade, ficando o trabalho doméstico e de cuidado em sua grande maioria designado às mulheres, tirando destas tempo livre, tempo este que poderia ser usado para qualificação profissional, descanso e ou para o engajamento político nos problemas que afetam suas vidas.

Realizamos a pesquisa de campo com alunas e alunos do 3º ano do Ensino Médio, e nos deparamos com um cenário de forte desigualdade no que se refere à distribuição de responsabilidades no âmbito doméstico. Os dados revelaram que, enquanto os rapazes têm mais tempo disponível, as moças são frequentemente convocadas a assumir tarefas domésticas e de cuidado. Essa grande parcela de responsabilidades com os afazeres domésticos tem como consequência direta a

redução do tempo que estas dispõem para se dedicar às atividades escolares, gerando uma desvantagem comparativa entre alunas e alunos que estudam na mesma instituição.

Confirmamos assim a hipótese inicial de que a Divisão Sexual do Trabalho interfere de maneira negativa no tempo que as alunas têm para estudar. As jovens pesquisadas enfrentam uma dupla jornada: de um lado, a responsabilidade com a escola, e de outro, as obrigações domésticas e de cuidado. Essa dupla exigência pode prejudicar não apenas seu tempo de estudo, mas também seu direito pleno à Educação como espaço de emancipação e desenvolvimento pessoal.

O marcador gênero, por sua vez, não atua sozinho na geração de desigualdades e consequentes desvantagens das referidas alunas, tornando-se necessário uma abordagem interseccional que considere também a importância dos marcadores raça e classe social. A adoção da perspectiva interseccional mostrou-se indispensável para compreender a realidade das estudantes investigadas, uma vez que as desigualdades de gênero se somam a condições de pobreza e/ou raça.

A precária condição financeira, que atinge tanto as estudantes quanto os estudantes adquire contornos distintos para as alunas, pois fica com as mesmas ou com suas mães as responsabilidades pelo trabalho reprodutivo, fato este que limita seu tempo de dedicação às atividades escolares. A combinação entre pobreza, gênero e, em alguns casos, raça, amplia os obstáculos enfrentados pelas jovens, configurando um quadro de múltiplas desigualdades que afetam diretamente seu tempo de estudo e consequentemente suas perspectivas de futuro, pois a maioria das jovens têm que realizar afazeres domésticos e de cuidado e seus irmãos não: o que indica uma questão de gênero. Por outro lado, o fato de estarem inseridas na classe baixa as impedem de delegar essas atividades para empregadas domésticas, indicando uma conexão entre gênero e classe, uma intersecção.

Os resultados também apontam para a naturalização da Divisão Sexual do Trabalho entre a maioria das alunas. Muitas delas não percebem a divisão desigual de tarefas como uma imposição social, mas como algo natural. A forma como as alunas veem a Divisão Sexual do Trabalho nos faz refletir sobre a ideia de que a desigualdade de gênero não se perpetua apenas por imposição externa, mas também pela internalização de lugares sociais, transmitidos culturalmente durante a socialização das mesmas.

A pesquisa também mostrou que há uma pequena minoria de alunas que demonstraram consciência crítica acerca dessa divisão, enxergando as desvantagens que ela acarreta para sua vida escolar, o que ressalta a importância da Escola como fator de mudança social, pois se foram ensinadas a aceitar a Divisão Sexual do Trabalho também podem ser ensinadas a ter uma visão crítica. Entendemos que a Escola deve desempenhar um papel importante na promoção de práticas igualitárias entre os gêneros. Mais que constatar desigualdades devemos nos ater para a necessidade de ações transformadoras no campo educacional, sendo fundamental que a Escola se reconheça como espaço de resistência às práticas discriminatórias. Que a Escola propicie debates sobre gênero, classe e raça; incentive a participação das estudantes em atividades educativas; aproxime a(o)s estudantes da universidade pública entre outras ações.

Importante também se torna que o poder público através das três esferas (federal, estadual e municipal) promova políticas públicas para criação ou ampliação de programas de assistência social com apoio às famílias da classe baixa, fornecendo serviços (creches, casas de repouso para idosos, entre outros) que possam reduzir os efeitos das desigualdades sociais e de gênero na vida das estudantes.

Desta maneira, defendemos que a luta por igualdade de gênero na educação é inseparável da luta por justiça social. Reconhecer e enfrentar a Divisão Sexual do Trabalho significa não apenas garantir melhores condições de aprendizado para as estudantes, mas também contribuir para a construção de uma sociedade mais justa. Ao lançar luz sobre a experiência concreta das alunas da EEEFM Tereza Alves de Moura, este trabalho reafirma a relevância de compreender a Educação como espaço de mudança social.

Por fim, este estudo não encerra o debate, mas abre novas possibilidades de investigação. Pesquisas futuras podem ampliar a análise para diferentes contextos escolares, comparando realidades urbanas e rurais, ou mesmo aprofundar a compreensão sobre os impactos de longo prazo da Divisão Sexual do Trabalho nas trajetórias educacionais e profissionais das mulheres.

REFERÊNCIAS

ACORDI, D. R. Da chibata ao magistério: a trajetória da educação feminina no Brasil patriarcal. **Rev. Estud. Fem.** [online]. v. 15, n. 3, p. 834-836, 2007. ISSN 0104-026X. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2007000300022> Acesso em: 25 de abr. de 2025.

ANDI. Qual a diferença entre adolescente e jovem? [s.d.]. Disponível em: <https://andi.org.br/dicasparacobertura/qual-a-diferenca-entre-adolescente-e-jovem/#:~:text=Adolesc%C3%A2ncia%20e%20juventude%20s%C3%A3o%20condi%C3%A7%C3%B5es,dos%2025%20aos%2029%20anos>. Acesso em: 16 nov. 2025.

ANDRADE, M. M. de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ALMEIDA, M. S. K. de. Entre nós mulheres, elas as patroas e elas as empregadas. *In*: ALMEIDA, M. S. K. et al. **Colcha de Retalhos**: estudos sobre a família no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 185-93.

ARAÚJO, L. Z. S. de. Aspectos éticos da pesquisa científica. **Pesqui. Odontol. Bras.**, n. 17, supl. 1, p. 57-63, maio 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pob/a/MZVSYxKncfrNnsKxbjg5Gxr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 de ago. de 2024.

ARAUJO, A. B. **Gênero, profissionalização e autonomia**: o agenciamento do trabalho de cuidadoras de idosos por empresas. 2015. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

ARISTÓTELES. Vida e Obra. *In*: ARISTÓTELES. **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 2004.

BALLARIO, C. (coord.) **O Homem e o mercado de trabalho**. São Paulo: CREA/Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de São Paulo, 1998.

BALLARIO, C. (coord.) **A Mulher e o mercado de trabalho**. São Paulo: CREA/Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de São Paulo, 1997.

BONELLI, M. G., DONATONI, S. Os Estudos sobre profissões nas Ciências Sociais Brasileiras. **BIB - Revista Brasileira De Informação Bibliográfica Em Ciências Sociais**, n. 41, p. 109–142.

BASSANEZI, C.; M. P, Joana (org). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. A experiência vivida. São Paulo: Difel, 1972.

BOUDON, R. **Os métodos em Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1973.

BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Os herdeiros**: os estudantes e a cultura. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 8. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2023.

BIROLI, F.; QUINTELA, D. F. Divisão Sexual do Trabalho, Separação e Hierarquização: contribuições para a análise do gênero das democracias. **Revista de Ciências Sociais**, n. 53, jun./dez. 2020, p. 72-89. Disponível em: <file:///C:/Users/jamer/Desktop/TCC%202024/D%C3%A9bora%20Fran%C3%A7olin%20Quintela2.pdf>. Acesso em: 15 de jun. de 2024.

BIROLI, F. Divisão Sexual do Trabalho e Democracia. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 3, p. 719-681, 2016. Disponível em: scielo.br/j/dados/a/kw4kSNvYvMYL6fGJ8KkLcQs/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 5 de jul. de 2024.

BIROLI, F. **Gênero e Desigualdades**: os limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510 de 07 de abril de 2016** que dispõe sobre normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Publicada no DOU nº 98, terça-feira, 24 de maio de 2016. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 15 de dez. de 2024.

BRASIL. Lei Maria da Penha: **Lei nº 11.340 de 07 de agosto de 2006**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm Acesso em 15/02/2025. Acesso em: 15 de mar. de 2025.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação: **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em 15/05/2023. Acesso em: 18 de mar. de 2025.

BRITES, J. **Cinderela domesticada**: um estudo sobre saberes femininos que circulam entre empregadas domésticas e suas empregadoras. Porto Alegre: Relatório Final apresentado à FCC, II Programa de Incentivo e Formação em Pesquisa sobre a Mulher, 1997.

BRITO, A. N. **O Regime de progressão continuada e a formação de professores**: um estudo sobre as iniciativas da Secretaria do Estado de São Paulo – 1996-1998. 2001. 94p. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

BRITO, A. N. **Afeto, desigualdade e rebeldia**: bastidores do serviço doméstico. 2000. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

BRUSCHINI, C. Fazendo as perguntas certas: como tornar visível a contribuição econômica das mulheres para a sociedade? In: ABRAMO, L.; ABREU, A. R. P. (orgs.). **Gênero e trabalho na sociologia latino-americana**. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST, 1998, p. 277-94.

BRUSCHINI, C. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não remunerado. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 23, n. 2, p. 331-353, 2006.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 110, p. 67-104, 2000.

CARDOSO, A. C. M.; PEREIRA, M. J. T. **A plataformização do trabalho no Brasil e o subsetor dos cuidados**: uma revisão de achados bibliográficos. São Paulo: Cebrap, 2023. (Documentos de Trabalho, n. 1).

CARMO, J. C. do; ESPÍNDOLA, H. S. del M. Divisão sexual do trabalho e sua relação com a ciência, tecnologia e educação. **Série-Estudos**, Campo Grande, v. 28, n. 63, p. 223-242, maio/ago. 2023. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/sest/v28n63/1414-5138-sest-28-63-0223.pdf>. Acesso em: 16 de jun. de 2024.

CARVALHO, A. M. A. *et al.* Mulheres e cuidado: bases psicobiológicas ou arbitrariedade cultural?. **Paidéia**, v. 18, n. 41, p. 431-444, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/9zWkvSsXsgSZQQRss8SKwhS/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 5 de jun. de 2024.

CARVALHO, M.; SENKEVICS, A.; LOGES, T. O sucesso escolar de meninas de camadas populares: qual o papel da socialização familiar? **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 3, p. 717-734, 2014.

CASTRO, M. G. O conceito de gênero e as análises sobre mulheres e trabalho: notas sobre impasses teóricos. **Cad. CRH**, Salvador, n. 17, p. 80-105, 1992.

CASTRO, F. L. de. **História do Direito Geral e do Brasil**. 7. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

CASTRO, M. G. Feminização da Pobreza em cenário neoliberal, Brasil 2000. *In*: GOMES, Á. **O trabalho no século XXI**: considerações para o futuro do trabalho. São Paulo: Anita Garibaldi, 2001, p. 257-276.

CARNEIRO, S. **Enegrecer o feminismo**: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Racismos contemporâneos**, Rio de Janeiro, Takano Editora, v. 49, p. 49-58, 2003.v.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade** [recurso eletrônico]. São Paulo: Boitempo, 2021.

COMBES, D.; HAICAULT, M. Produção e Reprodução: Relações sociais de sexos e de classes. *In*: KARTCHEVSKY-BULPORT, A. **O sexo do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 23-43.

CUNHA, W. D. dos S.; SILVA, R. J. V. A Educação feminina do século XIX: entre a escola e a literatura. **Revista Gênero**, v. 11, n. 1, p. 97-106, 2010. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/30936>. Acesso em: 15 de fev. de 2025.

CHARLOT, B. A relação com o saber e a discriminação de gênero na escola. *In*: MARRERO, A.; MALLADA, N. **La universidad transformadora**: elementos para una teoría sobre Educación y Género. Montevideo: FCS-UR-CSIC, 2009. p. 161-174.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Rev. Estudos feministas**, v. 10, n. 172, p. 171-188, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTp4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 de mai. de 2024.

DA MATTA, R. **A casa e a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

DA MATTA, R. O Ofício do Etnólogo ou como ter Anthropological Blues. *In*: NUNES, E. **A Aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DEL PRIORE, M. **Ao Sul do corpo. Condição feminina, maternidade, e mentalidades no Brasil Colônias**. Rio de Janeiro, J. Olympio; Brasília: EDUNB, 1993.

DEL PRIORE, M. **História das Mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

DEVREUX, A.-M. A paternidade na França: entre igualização dos direitos parentais e lutas ligadas às relações sociais de sexo. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 607-624, 2006.

DIAS, M. O. da S. **Cotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DUQUE-ARRAZOLA, L. O cotidiano sexuado de meninos e meninas em situação de pobreza. *In*: MADEIRA, F. R. (org.). **Quem mandou nascer mulher?**: estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1997, p. 343-402.

DHOQUOIS, R. O direito do trabalho e o corpo da mulher (França: séculos XIX e XX). Proteção da produtora ou da reprodutora? *In*: MATOS, M. I. S. de; SOIHET, R. (orgs.). **O corpo feminino em debate**. São PAULO: Editora da UNESP, 2003.

DURKHEIM, É. **Da divisão do trabalho social**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

DUBY, G.; PERROT, M. **Historias de las mujeres en Occidente**. Madri: Taurus, 1991.

FONTELLES, J. M. *et al.* **Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa**. 2009. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/365/o/METODOLOGIA_DA_PESQUISA_CIENTIFICA_DIRETRIZES_PARA_A_ELABORA%3%87%3%83O_DE_UM_PROTOCOLO_DE_PESQUISA.pdf Acesso em 21 de ago. de 2024.

FUINI, L. L.; PAULA, L. I. de. A divisão sexual do trabalho e suas consequências para a precarização do trabalho feminino: Uma pesquisa bibliográfica. **Revista de Ciências Humanas**, v. 1, n. 23, jan./jun. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/RCH/article/view/15333/8128> Acesso em 19/05/2024 Acesso em. 24 de abr. de 2024.

GATI, H. H.; Monteiro, I. A. Educação e docência feminina no Brasil do Século XIX: avanços e desafios. **Cadernos De História Da Educação**, v. 15, n. 3, p. 1146-1169. <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/38489> Acesso em: 12 de fev. de 2025.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 14. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2015.

GONÇALVES, A. L. **História e gênero**. Belo Horizonte, autêntica, 2006.

HAKIKI-TALAHITE, F. Por uma problemática do processo de trabalho doméstico. *In*: BULPORT-KARTCHVSKY, A. **O sexo do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 95-112.

HEILBORN, M. L. O traçado da vida: gênero e idade em dois bairros populares do Rio de Janeiro. *In*: MADEIRA, F. R. (org.). **Quem mandou nascer mulher?** estudos

sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997. p. 291-342.

HIRATA, H. **O cuidado**: teorias e práticas. São Paulo: Boitempo, 2022.

HIRATA, H. O trabalho de cuidado. **SUR 24**, v. 13, n. 24, 2016. Disponível em: https://cursosextensao.usp.br/pluginfile.php/862888/mod_resource/content/0/Helena%20Hirata%20O%20trabalho%20de%20cuidado.pdf. Acesso em: 4 de ago. de 2025.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 26, n. 1, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/LhNLNH6YJB5HVJ6vnGpLgHz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 de ago. de 2025.

HIRATA, H. Vida reprodutiva e produção: família e empresa no Japão. *In*: BULPORT-KARTCHVSKY, Andrée. **O sexo do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 63-78.

HIRATA, H; KERGOAT, D. Novas configurações da Divisão Sexual do Trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. Disponível em <https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 16 de jun. de 2024

KERGOAT, D. **Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais**. Trad. de Antônia Malta Campos. 2010. Disponível em <https://www.scielo.br/j/nec/a/hVNnxSrszcVLQGfHFfF85kk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 15 de jun. de 2024.

KYRILLOS, G. M. Uma Análise Crítica sobre os Antecedentes da Interseccionalidade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 1, e56509, 2020.

LAGE, L.; NADER, M. B. Violência Contra a Mulher: da Legitimação à Condenação Social. *In*: BASSANEZI, C.; PEDRO, J. M. (org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LEITE, M. de P. Gênero e Trabalho no Brasil: os desafios da desigualdade. **Revista Ciências do Trabalho**, n. 8. 2017. Disponível em: <https://rct.dieese.org.br/index.php/rct/article/view/144/pdf> Acesso em 15/06/2024. Acesso em: 13 de mai. de 2025.

LE DOARÉ, H. Divisão Sexual e divisão internacional do trabalho: reflexões a partir das fábricas subcontratadas de montagem (México e Haiti). *In*:

BULPORTKARTCHVSKY, A. **O sexo do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p.45-61.

LIPOVETSKY, G. **A Era do Vazio**: ensaio sobre o individualismo contemporâneo. Lisboa: Relógio D'água, 1983.

LOURO, G. L. Mulheres em Sala de Aula. *In*: DEL PRIORE, M. **História da Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

LÔBO, Y. (org.). **Vozes Femininas do Império e da República: caminhos e identidades**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013, p.183-206. Caderno Espaço Feminino - Uberlândia-MG - v. 29, n. 1 – jan./jun. 2016 – ISSN online 1981-3082 309

LÔBO, Y. Reprodução, sexualidade e poder: as lutas e disputas em torno do aborto e da contracepção no Rio de Janeiro, 1890-1930. **História, Ciências, Saúde**, Rio de Janeiro. v. 19, n.4, out-dez. 2012, p.1241-1254.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. 9. ed. São Paulo, Atlas, 2023.

MEDEIROS, M. F. Análise do sucesso e do fracasso escolar: um estudo exploratório como base para gerar hipóteses de pesquisa. **Arquivos Brasileiro de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 4, 1979. p. 125-153.

MORAES, L. L. de; SILVA, R. A. da; SIEBER, S. S. Os avanços da escolaridade feminina: de quais mulheres estamos falando? **Scielo Preprints**, 2024. Disponível em:
<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/8337/version/8816>. Acesso em: 15 de dez. de 2024.

MONTEIRO, K. F.; GRUBBA, L. S. A luta das mulheres pelo espaço público na primeira onda do feminismo: de sufragettes às sufragistas. **Direito e desenvolvimento**, v. 8, n. 2, p. 261-278, 2017.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

PAIVA, I. J. X. *et al.* **A relação entre o patriarcado, capitalismo e história da educação das mulheres no Brasil**. 2020. Disponível em
https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD1_SA3_ID4474_30092020232610.pdf Acesso em: 20 de mai. de 2024

PAULA, Gustavo Bruno de; NOGUEIRA, Maria Alice de Lima Gomes. **Desigualdades socioespaciais e escolhas escolares**. Educação, [s. l.], v. 43, n. 1, p. 55-74, jan./mar. 2018. DOI: <https://doi.org/10.5902/1984644430037>. Disponível

em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/30037>. Acesso em: 16 nov. 2025.

PEREIRA, B. C. J. Sobre usos e possibilidades da interseccionalidade. **Civitas**, v. 21 n. 3, p. 445-454, set.-dez. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/h7rvGvv5gNPpkm7MjMG6D5c/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 31 de mai.de 2024.

PERROT, M. O nó e o ninho. In: PERROT, M. **Reflexões para o futuro**. São Paulo: abril, 1993, p. 81.

PERROT, M. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: EDUSC, 2005.

PERROT, M. **Minha História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2. ed. 2017.

PUNCH, S. Experiências fraternais das crianças e ordem de nascimento: “alguém acima e alguém abaixo de mim”. In: MÜLLER, F. (org.). **Infância em perspectiva: políticas, pesquisas e instituições**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 187-222.

QUIRINO, R. Divisão Sexual do Trabalho, Gênero, Relações de Gênero e Relações Sociais de Sexo: Aproximações teórico-conceituais em uma perspectiva marxista. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 229-246, maio-ago. 2015. Disponível em <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9440/6734> Acesso em 15/05/2024 Acesso em: 7 de jul. de 2025.

RABELO, J. O.; COSTA, M. de O.; FELDENS, D. G. (2022). Breve panorama histórico sobre a educação feminina no Brasil em meados do século XIX e início do século XX. **Interfaces Científicas - Educação**, v. 11, n. 3, p. 324–337. <https://doi.org/10.17564/2316-3828.2022v11n3p324-337> . Acesso em: 7 de jul. de /2025.

ROLIM, L. A. **Instituições do Direito Romano**. 2. ed. São Paulo. Revista dos Tribunais, 2003.

ROSEMBERG, F.; MADSEN, N. Educação formal, mulheres e gênero no Brasil contemporâneo. In: BARSTED, L. L.; PITANGUY, J. (Org.). **O progresso das mulheres no Brasil 2003-2010**. Rio de Janeiro: Cepia; Brasília: ONU Mulheres, 2011. p. 390-434.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena: Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAMARA, E. M. Mão-de-obra feminina, oportunidades e mercado de trabalho no Brasil do século XIX. *In*: SAMARA, E. M. (org.). **As Idéias e os números do gênero**: Argentina, Brasil e Chile no século XIX. São Paulo: Hucitec; Cedhal/USP; Fundação VITAE, 1997, p. 21-61.

SALADINI, A. P. S. **Divisão Sexual do Trabalho, Interseccionalidade e o Trabalho de Cuidado: A necessidade do direito como mecanismo redutor das discriminações**. Ano 9 (2023), n. 2, 129-154. Disponível em: https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2023/2/2023_02_0129_0154.pdf Acesso em: 19 de jun. de 2024.

SANTOS, R. D. dos. A Institucionalização da Dogmática Jurídico-Medieval. *In*: WOLKMER, A. C. (org.) **Fundamentos de História do Direito**. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, R. A. da; MENEZES, J. de A. A interseccionalidade na produção científica brasileira. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei, v. 15, n. 4, outubro-dezembro de 2020. Disponível em: <http://pepsic.busalud.org/pdf/ppp/v15n4/10.pdf>. Acesso em: 19 de jun. de 2024.

SILVA, E. R. da. Feminismo radical–pensamento e movimento. **Textura**, v. 3, n. 6, p. 24-34, 2008.

SILVA, L. de M. Diáspora negra em contexto de tradução: discutindo a publicação de Mulheres, raça e classe, de Angela Davis, no Brasil. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 57, n. 1, p. 205-228, 2018.

SILVA, M. dos S. Costureira, Artista, prostituta ou cidadã? As francesas no espaço público carioca no século XIX e suas vozes dissonantes. *In*: FARIA, L.; LÔBO, Y. (orgs.). **Vozes Femininas do Império e da República**: caminhos e identidades. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013, p.183-206.

SILVA, H. B. M. da. **Curso de direito do trabalho aplicado**: saúde e segurança do trabalho. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. (Coleção Curso de Direito do Trabalho Aplicado; v. 3).

SOARES, C.; SABOIA, A. L. **Tempo, trabalho e afazeres domésticos**: um estudo com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2001 e 2005. Rio de Janeiro: Diretoria de Pesquisas, 2007. (Texto para Discussão, n. 21).

SOARES, V. **Notas sobre trabalho, uso do tempo e as mulheres**. Texto elaborado para o projeto Trabalho e Gênero no Brasil: formas, tempo e contribuição socioeconômica do Programa Gênero e Raça do Unifem, 2005.

SOUSA, L. P. de; GUEDES, D. R. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos Avançados**, v. 30, n. 87, p. 123-139, 2016.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ea/a/PPDVW47HsgMgGQQCgYYfWgp/?format=pdf&lang=pt>

Acesso em: 20 de mai. de 2024.

SOUZA-LOBO, E. Lutas operárias e luta das operárias em São Bernardo do Campo. *In*: SOUZA-LOBO, E. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

STANCKI, N. **Divisão Sexual do Trabalho**: a sua constante reprodução. 2000.

Disponível em:

https://www.pucsp.br/sites/default/files/img/eitt2003_nancistancki.pdf Acesso em:

26 de jul. de 2023.

SORJ, B. Trabalho remunerado e trabalho não remunerado. *In*: VENTURI, G.; RECAMÁN, M.; OLIVEIRA, S. (org.). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004, p. 107-119.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**: Gênero e Educação, Porto Alegre, v. 20, n.2, jul./dez. 1995. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>

Acesso em: 15 de jun. de 2024.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Recife: SOS CORPO, 1995.

Teixeira, L. B. **Mulheres estudam mais tempo, mas não chegam a 40% de cargos de liderança**. Uol, Brasília, 05/03/2024, Economia. Disponível em:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2024/03/05/mulheres-cargos-de-lideranca-cni.htm> Acesso em: 15 de jun. de 2025.

WELZER-LANG, D. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Estudos Feministas**, v. 9, n. 2, 2001, p.461-481.

WOLKMER, A. C. **Fundamentos da História do Direito**. 4. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

WOOLF, V. **Um quarto só seu**. Porto Alegre: L&PM, 2019.

APÊNDICE

Questionário

Gênero e Educação: Desafios para um bom desempenho escolar de alunas do ensino médio

Bloco I – Identificação

1- (Opcional) Seu Nome: _____

2- Qual sua idade: _____

3- Qual é o seu gênero?

() Feminino () Masculino () Outro: _____

4- Qual é o seu estado civil?

() Solteira () Casada () Outro: _____

5- Qual a sua renda familiar mensal?

() menos de um salário mínimo {menos que R\$ 1.518}

() um salário mínimo {R\$ 1.518}

() dois salario mínimos { R\$ 3.036}

() três salários mínimos {R\$ 4.554}

() Quatro ou mais salários mínimos {R\$ 6.072}

6- Qual sua cor?

() Branco

() Negro

() Indígena

() Amarelo

() Pardo

() outro: _____

Bloco II – Condições de Estudo

7- Qual é o seu objetivo escolar?

() Apenas concluir o ensino médio

() Concluir o ensino superior

8- Em uma escala de 1 a 5 que importância você dá ao estudo? (Sendo 1- nenhuma importância e 5- muita importância)

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

9- Quantas horas por dia você dedica para estudar fora da sala de aula?

() menos de 1 hora

- entre 1 e 2 horas
- mais de 2 horas
- não estudo fora da sala de aula

10- Qual sua maior dificuldade para estudar?

11- Você gostaria de ter mais tempo para se dedicar ao estudo?

- Sim Não

12- Você sente que sua família apoia sua trajetória escolar?

- Sim Não

13- Que trabalho você quer exercer futuramente?

Bloco III – Estudo, atividades domésticas e de cuidado

14- Qual das afirmativas melhor descreve sua situação ocupacional?

- Só estudo
- Estudo e também realizo trabalho remunerado
- Estudo e também realizo afazeres domésticos
- Estudo, tenho trabalho remunerado e também realizo afazeres domésticos

15- Quem realiza a maior parte das atividades domésticas e de cuidado em sua casa?

- Eu
- Minha mãe
- Empregada doméstica
- Outro membro da família: Quem _____

16- Marque as atividades domésticas e de cuidado que você é responsável ou ajuda em casa?

- Limpeza da casa
- Cozinhar
- Lavar e passar roupas
- Lavar louça
- Cuidar de irmãos menores
- Cuidar de algum idoso da família
- Outros. Qual? _____

17- Você tem irmãos do gênero masculino?

Sim Não

18- Seus irmãos, do gênero masculino, ajudam com os afazeres domésticos e de cuidado?

Sim Não Às vezes

19- Em uma escala de 1 a 5, quão satisfeita você está com a divisão atividades domésticas e de cuidado em sua casa? (1- pouco satisfeita e 5- muita satisfeita)

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

20- Na sua concepção, o fato de você ser mulher justifica você realizar trabalho doméstico e de cuidado?

Sim Não

21- Em uma escala de 1 a 5, qual a importância do trabalho doméstico de cuidado para o bem-estar familiar? (1- pouco importante e 5- muito importante)

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

22- Você considera que o trabalho doméstico de cuidado é valorizado em sua casa?

Sim Não

23- Você acredita que o trabalho doméstico de cuidado deveria ser remunerado?

Sim Não

24- Em uma escala de 1 a 5 o quanto você sente que os afazeres domésticos e de cuidado que você realiza em casa interfere no seu desempenho escolar? (Sendo 1- não interfere, 5- interfere muito)

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

25- Se você não realizasse trabalho doméstico e de cuidado em que você gastaria seu tempo?

Estudar

Redes sociais

Academia

Igreja

Outros: _____